

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Guaraci Farias Coelho

**UM PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO
A PARTIR DA DIALÉTICA**

Porto Alegre
2014

Guaraci Farias Coelho

**UM PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO
A PARTIR DA DIALÉTICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciado em Filosofia concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Sartori Porto.

Porto Alegre
2014

***Dedico este trabalho a todos que
contribuíram direta ou indiretamente
em minha formação acadêmica.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu filho Samuel, à minha amada esposa Solange e à minha irmã Sara, que muito me incentivaram durante o período da faculdade, estiveram comigo em momentos bons e ruins, me ajudando de todas as formas possíveis.

Agradeço ao Professor Leonardo Sartori Porto, que pela sua orientação e dedicação me permitiu chegar até aqui. Muito mais do que um professor orientador, foi também um grande amigo.

Agradeço ao Professor Janio Alves, por todo o conhecimento que me transmitiu ao longo do curso, pelo incentivo, pela dedicação e pela amizade.

Agradeço a todos os grandes mestres que estiveram comigo durante todo o curso, que me facilitaram a aquisição de todo o conhecimento que permitiu a realização deste e de outros tantos trabalhos.

Agradeço às inúmeras pessoas que contribuíram com seus impostos para construir e manter esta Universidade, que tornou possível a minha vida acadêmica e a de tantos outros estudantes que se beneficiaram desta instituição.

SUMÁRIO

3	Introdução.....	6
4	Fundamentação Teórica.....	8
4.1	O Princípio da Autonomia.....	8
4.2	A necessidade do ensino da Ética.....	9
4.3	Como ensinar Ética.....	10
4.4	A metodologia.....	11
4.5	A postura do professor.....	12
4.6	A obra escolhida.....	13
5	Análise do estágio.....	15
5.1.1.1	Identificação do local de estágio.....	15
5.1.1.2	Série, turma, quantidade de alunos e períodos do estágio.....	15
5.1.2	Conteúdo programático.....	16
5.1.3.1	Descrição do objetivo.....	25
5.1.3.2	Descrição da estratégia para atingir o objetivo.....	26
5.1.3.3	Análise das atividades em sala de aula.....	26
5.1.3.4	Exemplos de provas dos alunos do Estágio II.....	45
5.1.3.5	Exemplos de provas dos alunos do Estágio III.....	66
6	Conclusão.....	74
7	Referências.....	78

3 Introdução:

O presente trabalho apresenta diversas ações e etapas do Estágio de Filosofia realizado em uma escola pública de nível médio. Está dividido em Introdução, Capítulo Teórico, Análise do Estágio, Conclusão e Referências.

No Capítulo Teórico estão citadas as fontes de orientação utilizadas em todos os trabalhos do Estágio, incluindo aulas ministradas, relatórios e análise. Paulo Freire é citado com a obra *Pedagogia da Autonomia*, em defesa e aplicação da tese de que o professor deve ter a postura de facilitador para a aquisição de conhecimentos e habilidades por parte do estudante. Esta postura significa que o professor deve ter respeito pelos conhecimentos prévios do aluno, considerando que o aluno não é um “ser sem luz”, mas alguém que pode ser orientado para construir o seu próprio conhecimento.

Está citado Immanuel Kant com a obra *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, com a defesa e aplicação da tese de que os seres humanos não agem por causas externas mas por uma determinação da autonomia da vontade segundo a sua própria deliberação. Este princípio foi apresentado como justificativa de que ensinar Filosofia implica transmitir aos estudantes não apenas conhecimentos sobre a História da Filosofia, seus Problemas e Teorias, mas orientar os alunos para que eles possam fazer a sua própria deliberação sobre as questões apresentadas. Este princípio também é abordado por Desidério Murcho, defendido no mesmo capítulo, com a obra *A Natureza da Filosofia e o seu Ensino*.

De acordo com o que foi demonstrado, a escolha da Ética como tema de trabalho no Estágio deve-se principalmente ao fato da Ética nos permitir trabalhar com demandas atuais, próximas à realidade do cotidiano dos estudantes. A metodologia apresentada inclui uma articulação dos trabalhos realizados em sala de aula, com debates em torno de problemas éticos atuais, seguindo os princípios defendidos anteriormente. Esta metodologia tem por objetivo fornecer subsídios para auxiliar aos alunos a desenvolver uma habilidade reflexiva, com vistas a analisar diferentes tipos de problemas éticos. Visa também facilitar aos estudantes o desenvolvimento de uma

capacidade para julgar de forma autônoma argumentos e discursos, e uma competência para a leitura e interpretação de textos filosóficos e não filosóficos, tomando posição e defendendo argumentativamente esta posição, mas mudando o ponto de vista quando apresentados argumentos melhores em refutação à posição defendida.

A última parte do Capítulo Teórico é constituída por uma breve apresentação da obra escolhida para ministrar as aulas. *Elementos de Filosofia Moral*, de James Rachels, trata de Ética Aplicada, com análise de problemas atuais. Esta obra oferece ao estudante a possibilidade de transitar por diversas teorias éticas, analisando argumentos construídos para defesas e objeções às diversas teorias e às respostas oferecidas por essas teorias aos problemas propostos.

O Capítulo de Análise é constituído por um relatório de algumas das aulas ministradas. Este relatório mostra os conteúdos discutidos e a reação dos alunos diante desses conteúdos, apresentando uma narrativa de debates realizados em sala de aula. Estes debates foram orientados com o propósito específico de auxiliar aos estudantes a desenvolverem a competência anteriormente citada.

A leitura do Capítulo de Análise permite observar o envolvimento dos alunos nos debates e como esses estudantes desenvolveram gradativamente a habilidade desejada, ao longo dos três semestres de estágio. Rachels aborda fatos da vida real que geram problemas éticos, como homofobia, direitos dos animais não humanos e dilemas bioéticos. Estes assuntos polêmicos costumam gerar intenso choque de opiniões. E não é por acaso que dentro deste cenário onde está presente um grande conflito de posições, que se forma um ambiente favorável para desenvolver a habilidade argumentativa dos estudantes.

Este capítulo também apresenta uma pequena amostra de trabalhos escritos pelos alunos, avaliados e comentados, entendendo a necessidade deste tipo de prova, não só para avaliar os estudantes envolvidos, mas principalmente para verificar os resultados do estágio de acordo com os objetivos determinados a partir do Capítulo Teórico.

O Capítulo da Conclusão é constituído por uma breve reflexão sobre todas as ações realizadas durante o estágio, as dificuldades que surgiram, como essas

dificuldades foram trabalhadas em sala de aula, entendendo que a ação de um professor tem seus limites, que nem todos os problemas que surgem numa escola são de simples solução. Este capítulo também contém um comentário sobre o interesse que os alunos demonstraram na Ética, trazendo exemplos da vida real com os quais eles conviveram.

A página de Referências contém os títulos das obras que foram utilizadas como princípios orientadores para a preparação das aulas ministradas, e para a elaboração deste trabalho de conclusão. Algumas destas obras foram citadas neste trabalho, outras foram citadas em sala de aula, e outras foram utilizadas apenas como fonte de consulta para esclarecimento de dúvidas.

4 Fundamentação Teórica.

4.1 O Princípio da Autonomia:

“Cidadãos são indivíduos que convivem em sociedade, são aqueles que estão no gozo de seus direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”¹, mas não pode haver um correto exercício da cidadania sem uma consciência crítica das pessoas envolvidas no contexto social. Os indivíduos sem essa capacidade crítica, tornam-se, com frequência, massa de manobra, ou no dizer de Nietzsche, adotam uma “moral de rebanho”², manipuladas por líderes inescrupulosos que violam a autonomia desses cidadãos, cauterizando as suas consciências de seres racionais, produzindo sociedades humanas carentes de valores éticos e morais.

O ensino da Filosofia pode fornecer às pessoas subsídios para a formação de consciências críticas, com mais competência para analisar discursos argumentativos e procedimentos, e maior capacidade para deliberar sobre consequências.

Segundo Kant, o ser humano possui um valor em si mesmo, um valor que não pode ser calculado ou atribuído. Kant postulou que o ser humano age, não por causas externas, mas por uma determinação da autonomia da vontade, pois “cada ser humano

é um legislador universal para um possível reino dos fins, sendo o ser humano capaz de fornecer razões para as suas ações até o fim das razões”³ e por ser assim, usar um ser humano como um meio e não como um fim, seria, para Kant, a violação desta autonomia, a violação da racionalidade.

¹Disponível em “<Significados.com.br>” acessado em 12/11/14 às 20,36 hs.

²NIETZSCHE, Friedrich – *Genealogia da Moral – Uma Polêmica*. Pág. 19 – Editora Schwarcz Ltda – São Paulo, 2007

³KANT, Immanuel – *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* – Pág. 277 - Editora Barcarolla – São Paulo, 2009

4.2 A necessidade do ensino da ética:

Ao ensinarmos ética nas escolas estamos preparando o jovem para ser um futuro cidadão, a ter respeito por si mesmo, a respeitar as demais pessoas e o lugar onde vive. Uma consciência ética não é algo que se possa adquirir com facilidade, mas que pode ser obtida através de um treinamento adequado e sistemático, como no dizer de Nelson Mandela: “*As pessoas não nascem odiando, elas são ensinadas a odiar. Se podem ser ensinadas a odiar, podem também ser ensinadas a amar*”.

Não se pretende com isso afirmar que o ensino da ética seria o único papel da disciplina de Filosofia nas escolas, ou que apenas a Filosofia teria competência para preparar uma consciência ética nos estudantes do ensino médio. O ensino da ética é uma responsabilidade interdisciplinar:

“Uma vez que é possível formar cidadãos sem a contribuição formal da Filosofia, seria certamente um erro pensar que a ela, exclusivamente, caberia tal papel, como se fosse a única disciplina capaz de fazê-lo, como se às outras disciplinas coubesse o ensinamento de conhecimentos técnicos e a ela o papel de formar para uma leitura crítica da realidade. Esse é na verdade um papel do conjunto das disciplinas e da política pública voltada para essa etapa da formação”.

Parágrafo primeiro da página 26 do volume 3 das *Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Educação Básica. Prosa Produção Editorial Ltda. Brasília, 2006

Está explícito que a responsabilidade de formar um cidadão é um compromisso de toda a sociedade, de todos os professores e das instituições de ensino como um todo. Mas a grande contribuição da Filosofia para a formação ética está na forma como

a Filosofia trabalha a análise de argumentos e procedimentos, fornecendo subsídios para uma deliberação sobre consequências:

“Cabe, então, especificamente à Filosofia a capacidade de análise, de reconstrução racional e de crítica, a partir da compreensão de que tomar posições diante de textos propostos de qualquer tipo (tanto textos filosóficos quanto textos não filosóficos e formações discursivas não explicitadas em textos) e emitir opinião acerca deles é um pressuposto indispensável para o exercício da cidadania”.

Parágrafo final da página 26 do volume 3 das *Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Ciências Humanas e Suas Tecnologias*. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. Prosa Produção Editorial Ltda. Brasília, 2006.

Através da análise meticulosa e crítica que a Filosofia faz dos argumentos utilizados na estrutura do discurso, seja ele escrito ou falado, é que se estabelece a grande contribuição da Filosofia para a formação de uma consciência ética tão necessária para o exercício da cidadania, uma vez que este método de trabalho do qual se utilizam os Filósofos, está disponível aos estudantes através das aulas desta disciplina no Ensino Médio.

4.3 Como ensinar ética:

Desidério Murcho defende que, na questão do ensino da ética, deve-se não apenas propor aos alunos os problemas, teorias e argumentos, mas principalmente, ensiná-los a analisarem, por eles mesmos, os caminhos percorridos, e para onde levam as diferentes correntes filosóficas, quais consequências terão por aceitarem esses ou aqueles argumentos, o que seria, em outras palavras, “ensinar a filosofar”:

“Em ética, por exemplo, ensinamos o estudante a compreender o problema da fundamentação da moral, as teorias éticas consequencialistas, deontológicas, contratualistas e das virtudes, e os respectivos argumentos que as sustentam. Contudo, se reduzirmos o ensino da Filosofia aos problemas, estaremos fazendo o mesmo tipo de confusão que faz quem substitui o ensino da Filosofia pelo ensino da História da Filosofia, para evitar o caráter aberto da Filosofia. O estudante tem que ser estimulado a pensar por si nos problemas, teorias e argumentos da Filosofia”. (MURCHO, 2002)

Segundo Murcho, portanto, é importante estimular os alunos a pensarem por si, e foi por esse motivo que em nossas aulas fizemos uso dos debates, pois os debates em sala de aula, a provocação direta aos alunos no debate, pode ser uma forma de estimular o estudante a pensar por si mesmo nos problemas, teorias e argumentos da Filosofia. Esse tipo de discussão em sala de aula pode ser um estímulo para que o aluno desenvolva uma capacidade reflexiva.

4.4 A metodologia:

É importante que, ao ministrar o ensino sobre a ética o professor ofereça ao aluno uma possibilidade de transitar por diversas teorias éticas, aprendendo a analisar, não apenas os argumentos construídos para defesa das teorias, mas também os argumentos construídos para as objeções. Também é fundamental que fatos da vida real contemporânea sejam apresentados na sala de aula, especialmente aqueles que geram problemas de ordem filosófica, com atenção especial aos de natureza ética. É imprescindível que sejam analisados pelos alunos sob as perspectivas das diversas teorias éticas com possibilidade de comparação entre as respostas que essas teses fornecem para esses problemas.

Este tipo de articulação pode fornecer subsídios ao aluno para o desenvolvimento de uma competência para a interpretação de textos filosóficos com criticidade e interpretar de modo filosófico textos não filosóficos:

“Sinteticamente, pode-se manter a listagem das competências e das habilidades a serem desenvolvidas pela Filosofia em três grupos:

1) Representação e comunicação:

Ler textos filosóficos de modo significativo. Ler de modo filosófico textos de diferentes culturas e Registros.

Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo.

Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição em face de argumentos mais consistentes”. Último parágrafo da página 33 do volume 3 das *Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias* Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. Prosa Produção Editorial Ltda. Brasília, 2006.

A competência para a interpretação e análise de textos implica competência para a produção de textos. A partir do momento em que o aluno começa a ler bem, compreendendo bem o que está sendo apresentado pelo texto, começa a ser capaz de se expressar bem através da elaboração de seus próprios argumentos.

4.5 A postura do professor:

Paulo Freire defende que o professor que ensina ética, não o faz apenas por palavras ou por auxílios didáticos, mas que também o faz por atitudes. Ensinar alunos a fazer análise não significa que eles analisarão apenas o assunto debatido, mas que poderão também analisar as atitudes do professor. Neste aspecto, o Prof. Paulo Freire salienta que a postura do professor diante dos alunos deve apresentar respeito, não só pelos alunos, mas principalmente pela bagagem de conhecimentos que esses alunos já trazem consigo para a sala de aula:

“Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor, ou mais amplamente à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”.

(FREIRE, 2013, P. 31)

O aluno não é um “ser sem luz”, não é uma “tábula rasa” onde o professor possa imprimir seus caracteres conforme o seu desejo. A cultura adquirida pelo aluno fora da sala de aula faz parte da história e da identidade desse estudante, e não pode ser desprezada pelo professor. A história do aluno, construída por ele, única, singular, está diretamente relacionada à autonomia desse aluno, necessita ser preservada para que ele, o estudante, continue construindo o seu conhecimento de forma autônoma:

“Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção”.

(FREIRE, 2013, p. 47)

Este princípio pode ser aplicado em qualquer área do ensino, mas no que se refera à ética, o professor deve atuar como um facilitador, criando condições para que o aluno perceba que ele pode, de forma autônoma, construir uma postura própria diante do universo onde está inserido.

4.6 A obra escolhida:

Para trabalhar em sala de aula durante o período do estágio foi utilizada a obra *Elementos de Filosofia Moral* de autoria do Prof. James Rachels, publicado em língua portuguesa pela Editora Gradiva, publicação com revisão científica do Prof. Desidério Murcho. Esta obra trata de ética aplicada, e preenche todos os requisitos abordados neste capítulo teórico. Em *Elementos de Filosofia Moral*, Rachels oferece ao estudante uma possibilidade de compreender os princípios de diversas teorias éticas, fazendo análise meticulosa de cada um dos argumentos de defesa dessas teses, como também das objeções. Apresenta fatos da vida real, na sociedade contemporânea, os quais geram problemas de ordem ética e moral. Oferece respostas de cada uma das teorias éticas aos problemas gerados por esses fatos, possibilitando aos estudantes analisar as consequências de adotar esta ou aquela posição diante dos problemas.

Trata-se de uma obra extremamente analítica, onde o autor busca uma posição de neutralidade justamente para permitir uma autonomia de julgamento ao estudante.

Já nos primeiros capítulos ele convida o aluno a um exame desapassionado diante das controvérsias apresentadas, buscando o que ele denomina de “*concepção mínima de moralidade*”, que seria “*um núcleo que qualquer teoria moral deveria aceitar, pelo menos como ponto de partida*”:

“A concepção mínima pode agora ser apresentada de forma breve: a moralidade é, pelo menos, o esforço para orientar a nossa conduta pela razão – isto é, para fazer aquilo a favor do qual existem as melhores razões – dando simultaneamente a mesma importância aos interesses de cada indivíduo que será afetado por aquilo que fazemos. Isso oferece, entre outras coisas, uma imagem do que significa ser um agente moral consciente”.
(RACHELS, 2004, p. 31)

O objetivo de Rachels na busca por um ponto de convergência entre as diversas teorias éticas é ter o cuidado de não ferir ou ofender nenhuma teoria, mas ao mesmo

tempo fazer uma verificação de quais ideias seriam capazes de resistir a uma análise, aplicando o princípio da demonstração das consequências geradas por se aceitar essas ideias.

Elementos de Filosofia Moral não é apenas uma obra que trata da ética. Mais do que isso, Rachels orienta os alunos a trabalhar com a lógica dos argumentos, fornecendo um ótimo treinamento para identificar argumentos inconsistentes.

Vivemos numa sociedade onde é possível que um político pronuncie um discurso durante horas sem dizer absolutamente nada. Um discurso vazio de conteúdos, construído com uma retórica muito bem elaborada, composto por um grupo bem planejado de argumentos encadeados, alguns deles falaciosos, cujo propósito não será outro senão enganar as pessoas, fazer com que o público pense que ele “falou bonito”.

Os estudantes precisam aprender a analisar argumentos, identificar falácias, perceber quando se trata de um discurso vazio, onde o orador não se compromete com coisa alguma, mas causa a impressão em seus interlocutores que está se comprometendo com muitas coisas.

Um líder religioso pode ensinar as pessoas a praticar políticas discriminatórias de exclusão, sem que as pessoas o percebam, pois tal discurso muitas vezes é apresentado como uma “verdade revelada”, quando é na realidade, um discurso atentatório aos direitos humanos, manipulando as pessoas para servirem de agentes em ações hediondas de segregação. Os alunos que tiverem passado por um treinamento lógico poderão utilizar a lógica como uma ferramenta eficiente para analisar este tipo de discurso religioso.

Dentro da apresentação de teses éticas, o Prof. James Rachels faz um exercício genial de desconstrução de discursos religiosos que trazem no seu interior, princípios de discriminação racial, homofobia e antissemitismo. Os alunos aprendem a identificar os elementos de inconsistência contidos nesse tipo de argumentação:

“Há outro argumento, especificamente religioso, que tem de ser mencionado, a saber, que a homossexualidade é condenada na Bíblia. O problema é que não podemos concluir que a homossexualidade é uma abominação simplesmente porque isso é dito no Levítico...Seja como for, nada pode ser moralmente certo ou errado apenas porque uma autoridade assim o afirma”.
(RACHELS, 2004, p. 74 e 75)

Esta discussão é bem mais ampla, envolvendo várias páginas de debates, mas está explícito não apenas a análise lógica, como também um convite feito ao aluno para uma reflexão sobre discriminação e exclusão social. Também é dito que a moralidade não pode estar baseada apenas em textos bíblicos. É fato público e notório que na nossa sociedade muitos homossexuais são perseguidos e algumas vezes espancados até a morte por grupos que praticam a intolerância. Um discurso religioso que incentiva o ódio e a discriminação precisa ser analisado e pensado por todos, mas principalmente por aqueles que possuem a responsabilidade de atuar como educadores, que trabalham diretamente na formação de jovens, os quais serão futuros cidadãos.

5 Análise do Estágio:

5.1.1.1 Identificação do local do estágio:

As aulas do estágio foram ministradas na escola pública de ensino médio Instituto Estadual Dom Diogo de Souza, em Porto Alegre, na rua Adão Baido, nº 206, Bairro Cristo Redentor, CEP 91350-240.

5.1.1.2 Série, turma, quantidade de alunos e períodos do estágio:

Estágio	Turma	Ano do Ensino Médio	Número aproximado de alunos
Estágio I 1º semestre	413	1º ano	23 alunos
	421	2º ano	27 alunos
	431	3º ano	22 alunos
Estágio II 2º semestre	411	1º ano	13 alunos
	412	1º ano	17 alunos
	413	1º ano	20 alunos
	421	2º ano	24 alunos
	431	3º ano	23 alunos
Estágio III	413	1º ano	21 alunos

3º Semestre	421	2º ano	26 alunos
-------------	-----	--------	-----------

5.1.2) Conteúdo programático:

Aula	Tema	Conceitos	Objetivos	Estratégias de ensino	Recursos didáticos
01	O Relativismo Cultural.	Lógica. Relativismo. Tese Sociológica. Diferenças culturais. Consequência. Excisão.	Auxiliar os alunos a desenvolver competência para analisar a tese ética “O Relativismo Cultural”, para formar uma opinião com embasamento teórico com vistas a uma preparação para o exercício da cidadania.	Leitura de um texto adaptado da obra <i>Elementos de Filosofia Moral de James Rachels</i> , o qual apresenta um problema ético, com apresentação da resposta fornecida pelo Relativismo Cultural para esse problema. A resposta foi apresentada para a análise lógica dos alunos, análise proposta para um exercício reflexivo sobre a compreensão da visão relativista do Conhecimento Moral.	Texto adaptado da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> de James Rachels.
02	O Relativismo Cultural.	Políticas de igualdade. Relativismo. Juízo moral.	Trabalhos com vistas aos mesmos objetivos mencionados na aula anterior.	Apresentação dos argumentos que refutam a Teoria do Relativismo. Análise desses argumentos. Desconstrução da resposta fornecida pelos relativistas ao problema através da demonstração da inconsistência lógica dessa resposta.	Texto adaptado da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels.

03	O Universalismo	Universalismo. Direito. Direitos Individuais. Autonomia do Ser Humano.	Desenvolver competência para analisar a teoria ética do Universalismo com vistas a formar uma opinião com embasamento teórico para o exercício da cidadania.	Análise da resposta dos universalistas para o problema ético apresentado nas aulas anteriores. Debate com os alunos sugerindo a possibilidade da existência de um conhecimento moral objetivo, princípio dos direitos individuais e autonomia do ser humano.	Textos adaptados da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels. Citados na lousa: <i>The Concept of Law</i> , de Hart, <i>A Filosofia do Direito</i> de Simmonds, <i>A Fundamentação Metafísica dos Costumes</i> de Kant. Foi fornecido o seguinte texto para a leitura: Ensaio Filosófico <i>A Natureza Universal dos Seres Humanos</i> , De Érica de Suza Pessanha Peixoto.
04	O Universalismo	Conhecimento Moral.	Trabalhos com vistas aos mesmos objetivos mencionados na aula anterior.	Apresentação de um texto extraído da obra <i>A República</i> de Platão, contendo um diálogo de Sócrates, (<i>Eutífron</i>) demonstrando o caráter objetivo do Conhecimento Moral, para ser discutido em debate com os alunos.	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels. A obra <i>A República</i> , de Platão. Círculo de debates. Demonstrações na lousa.
05	Avaliação	Avaliação contendo todos os	Avaliação escrita feita com os alunos	Elaboração de um texto escrito pelos alunos, mostrando e defendendo as	Uma última palestra feita com o

		conceitos estudados nas aulas anteriores.	com o propósito de aferição da apropriação que os alunos fizeram do princípio ao qual nos propomos sermos facilitadores: capacidade reflexiva para formar opinião com embasamento teórico para o exercício da cidadania.	suas opiniões sobre uma ou duas das teorias que foram estudadas em todas as aulas até aqui.	propósito de esclarecimentos finais sobre tudo o que foi discutido até aqui, com demonstração na lousa, e a aplicação da prova escrita, conforme consta na coluna das estratégias de ensino.
--	--	---	--	---	--

Aula	Temas	Conceitos	Objetivos	Estratégias de ensino	Recursos didáticos
01	Subjetivismo Ético	Subjetivismo. Homofobia. Discriminação. Intolerância. Juízo Moral. Consequência.	Desenvolver competência para analisar a teoria do Subjetivismo Ético com vistas a formar uma opinião com embasamento teórico para o exercício da cidadania.	Leitura de um texto relatando fatos da vida real, no qual se apresenta um problema ético.	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels

02	O Subjetivismo Ético.	Falibilidade.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos mencionados na aula anterior.	Apresentação na lousa de uma análise da primeira objeção ao Subjetivismo Ético. Debate com os alunos sobre a primeira objeção ao Subjetivismo, e as razões que a sustentam.	A obra Elementos de Filosofia Moral, de James Rachels.
03	O Subjetivismo Ético.	Desacordo Moral. Consequência.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos mencionados na aula anterior.	Apresentação na lousa da segunda objeção à teoria do Subjetivismo Ético, para ser analisado pelos alunos.	A obra Elementos de Filosofia Moral de James Rachels.

04	O Subjetivismo Ético.	. Emotivismo. Evolução da teoria Ética do Subjetivismo.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos mencionados na aulas anteriores.	Apresentação na lousa de um relato da suposta evolução da teoria do Subjetivismo Ético (Emotivismo) para ser analisado pelos alunos em debate.	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels.
05	O Subjetivismo Ético.	Emotivismo. Evolução da teoria Ética do Subjetivismo. Axioma.	Trabalhos com os mesmos objetivos das aulas anteriores.	Continuação dos debates da aula anterior.	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels.
06	O Subjetivismo Ético	Fatos morais. Princípio do Conhecimento Moral Objetivo	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos das aulas anteriores.	Demonstração na lousa de um texto extraído da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> de James Rachels que faz uma demonstração da existência fatos morais, com propósito de desconstrução do Subjetivismo e do Emotivismo.	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels.

07	O Subjetivismo Ético.	Provas em Ética Juízo Moral apoiado na razão.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos das aulas anteriores.	Análise de um texto extraído da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels, o qual demonstra a existência de provas em Ética, e defende o princípio de um juízo moral objetivo apoiado em razões, para discussão no debate com os alunos. (demonstração na lousa)	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> de James Rachels.
08	O Subjetivismo Ético.	Homofobia. Discriminação. Inconsistência lógica. Desconstrução de discurso religioso. Construção de argumento lógico.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos das aulas anteriores.	Análise de um texto extraído da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels, no qual ele rejeita a resposta fornecida pelo relativismo ao problema proposto, mas apresenta uma solução lógica para o mesmo problema. Análise do texto e debate com os alunos.(demonstração na lousa)	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> de James Rachels.
09	O Subjetivismo Ético.	Mesmos conceitos trabalhados na aula anterior.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos das aulas anteriores	Continuação dos debates da aula anterior, com esclarecimento de dúvidas, preparação para a prova aplicada na aula seguinte.	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> de James Rachels.
10	O Subjetivismo Ético.	Mesmos conceitos trabalhados na aula anterior.	Avaliação feita com os alunos para aferir o cumprimento dos objetivos propostos.	Avaliação feita através de uma prova contendo três questões para os alunos responderem escrevendo as respostas e justificando o ponto de vista que eles mesmos	Prova escrita, elaborada a partir dos debates realizados em sala de aula, com três questões a

				desenvolveram ao longo de todos os debates feitos até aqui.	respeito do Subjetivismo Ético.
--	--	--	--	---	---------------------------------

Aula	Tema	Conceitos	Objetivos	Estratégias de ensino	Recursos didáticos
01	O Utilitarismo	Utilitarismo. Comportamento ético. Consequencialismo. Direitos dos animais não humanos. Sofrimento. Felicidade. Iguais considerações de interesse. Hedonismo.	Desenvolver competência para analisar a teoria ética O Utilitarismo, com vistas a formar uma opinião com embasamento teórico para o exercício da cidadania.	Leitura de um texto adaptado da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de James Rachels, relatando fatos da vida real, contemporâneos, apresentando problemas éticos, com respostas utilitaristas para esses problemas, para análise em debate com os alunos.	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels. A obra <i>Ética prática</i> , de Peter Singer. Círculo de debates com os alunos. Demonstrações na lousa. Comparações com as respostas fornecidas pelas teorias éticas estudadas nos semestres anteriores.
02	O Utilitarismo	Bioética. Dilema ético. Santidade da vida. Infanticídio.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos da aula anterior.	Leitura de um texto adaptado da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels, apresentando um fato da vida real, com um problema ético, envolvendo dilema e controvérsia entre princípio religioso, censo comum e resposta utilitarista	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> de Rachels. Círculo de debates com os alunos. Demonstrações na lousa. Comparações feitas com as respostas fornecidas pelas teorias éticas

				ao problema apresentado.	estudadas nos semestres anteriores.
03	O Utilitarismo.	Os mesmos conceitos estudados na aula anterior.	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos das aulas anteriores.	Continuação dos debates da aula anterior .	Mesmos materiais didáticos da aula anterior.
04	O Utilitarismo	Os mesmos conceitos das aulas anteriores	Trabalho com vistas aos mesmos objetivos das aulas anteriores.	Leitura de texto extraído da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels, no qual ele apresenta a tese de Bentham e Mill, (Utilitarismo Clássico), com a análise dos argumentos que defendem objeções à tese Utilitarista. (demonstração feita na lousa)	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels. Círculo de debates com os alunos. Demonstrações na lousa. Comparações feitas com as teorias éticas estudadas nos semestres anteriores.
05	O Utilitarismo	Evolução da teoria utilitarista. Utilitarismo das ações. Utilitarismo das regras.	Desenvolver conhecimento sobre a evolução da teoria utilitarista.	Leitura de um texto extraído da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels, cujo objetivo é mostrar que a teoria utilitarista passou por um processo evolutivo com a concepção do "Utilitarismo das Regras", (Richard Brandt). (demonstração na lousa)	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels.

06	O Utilitarismo	Evolução da teoria utilitarista. Utilitarismo das ações. Utilitarismo das regras.	Desenvolver conhecimento sobre a evolução da teoria utilitarista.	Leitura de um texto extraído da obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels, cujo objetivo é mostrar que a teoria utilitarista passou por um processo evolutivo com a concepção do “Utilitarismo das Regras”, (Richard Brandt). (demonstração na lousa)	A obra <i>Elementos de Filosofia Moral</i> , de Rachels.
07	Todos os conteúdos vistos até aqui, durante os três semestres.	Os mesmos conceitos das aulas anteriores.	Revisão geral tendo o objetivo de preparação para a avaliação da próxima aula.	Demonstrações na lousa, com palestra dialogada, recapitulando todos os conteúdos dos três semestres, como preparação para a avaliação da próxima aula, onde as quatro teorias éticas serão objeto de questionamento, abrangendo quatro respostas diferentes para um mesmo problema ético.	Palestra dialogada com demonstrações na lousa.

08	Avaliação geral dos conteúdos e práticas.	Direitos individuais. Comportamento moral.	Avaliar a capacidade de análise dos alunos, deliberação sobre escolhas e consequências	Prova com apresentação de um fato da vida real, contemporâneo, no qual é gerado um problema ético, seguido de quatro questões que abrangem quatro diferentes respostas, cada resposta de uma teoria das que foram estudadas, fornecidas ao problema proposto .	Prova escrita contendo quatro questões para serem respondidas pelos alunos.
----	---	--	--	--	---

5.1.3.1 Descrição do objetivo:

O objetivo geral de todas as aulas ministradas durante o período do estágio é auxiliar aos alunos a desenvolver uma habilidade reflexiva, com vistas a analisar diferentes tipos de problemas éticos. Visa também facilitar aos estudantes o desenvolvimento de uma capacidade para julgar de forma autônoma argumentos e discursos, e competência para a leitura e interpretação de textos filosóficos e não filosóficos, tomando posição e defendendo argumentativamente esta posição, mas mudando o ponto de vista quando apresentados argumentos melhores em refutação à posição defendida.

Como foi citado no capítulo anterior, Murcho afirma que não basta apresentar aos alunos os problemas e as teorias filosóficas, é necessário criar condições para que os estudantes possam pensar por si, fazendo sua própria análise dos problemas, argumentos e teorias, para desenvolverem a capacidade de assumir uma posição defensável argumentativamente.

5.1.3.2 Descrição da estratégia para atingir o objetivo:

Sendo ética o tema escolhido para essa atividade de estágio, como foi dito no capítulo anterior, é importante que se proporcione aos estudantes oportunidades para transitarem por diferentes teorias éticas, observando os argumentos utilizados para as defesas dessas teorias, como também os argumentos utilizados para as objeções. É interessante também que os alunos tenham a possibilidade de aprenderem a fazer análise lógica de cada um desses argumentos, com o objetivo de aferição da consistência ou inconsistência deles. Através deste exercício de raciocínio lógico, os estudantes apreendem o funcionamento da lógica como instrumento de análise. Na sequência dos trabalhos convém que se ofereça ao aluno textos que relatem fatos da vida real, os quais tenham gerado problemas filosóficos, especificamente, problemas éticos. O exercício proposto aos estudantes é identificar as respostas das diferentes teorias éticas para esses problemas, com possibilidade de comparar estas respostas, com vistas a tomar uma posição possível de ser defendida argumentativamente.

Este tipo de estratégia inclui leitura, interpretação, discussão em círculo de debates e prova escrita com respostas subjetivas fornecidas pelos alunos.

5.1.3.3 Análise das atividades em sala de aula:

Relato das aulas ministradas no Estágio II

Desenvolvimento das aulas:

Apresentação da ideia de base do Subjetivismo Ético e início dos debates com os alunos:

Tema: O Subjetivismo Ético

Área: Ética.

Problema: O juízo moral é algo existente, ou tudo o que podemos fazer é falar a respeito dos nossos sentimentos subjetivos sobre questões morais?

Objetivo: Desenvolver competência para analisar filosoficamente um problema moral.

Proporcionar aos alunos os subsídios para uma análise filosófica dos argumentos em defesa do Subjetivismo Ético e dos argumentos construídos para as objeções feitas à teoria subjetivista.

O texto adaptado da obra *Elementos de Filosofia Moral*, de James Rachels, páginas 55 e 56 foi entregue aos alunos para ser lido em sala de aula. Cada aluno recebeu uma pequena apostila contendo todos os textos a serem discutidos, tanto nesta aula como nas aulas das próximas semanas, na sequência. Assim, cada aluno pôde acompanhar a leitura em sua própria apostila, tendo a possibilidade de fazer todas as anotações pertinentes nos espaços contidos na mesma, para esse fim. Essas narrativas contém apenas fatos da vida real que foram apresentados por James Rachels na sua obra *Elementos de Filosofia Moral*. Em cada história narrada, no rodapé foi colocada a inscrição: *Adaptado da obra Elementos de Filosofia Moral, de Rachels, com o número da página de onde foi extraído*. A análise de Rachels foi apenas discutida, não foi copiada, para preservar os direitos autorais da obra.

Nesta primeira narrativa, Rachels apresenta uma controvérsia entre Matt Foreman, defensor dos direitos humanos, e o pastor Jerry Falwell, que se utiliza de um discurso religioso para atacar os homossexuais, afirmando que a homossexualidade é imoral.

Como foi dito no capítulo anterior, nossa pretensão era apresentar textos contendo fatos da vida atual, pois a ideia presente é de que não devemos abordar temas distantes da época e do contexto onde os alunos estão inseridos. Evitamos correr o risco de apresentar aulas puramente teóricas, desconexas com o cotidiano dos estudantes. O nosso propósito é termos sempre presente a consideração e o respeito para com os conhecimentos pré-existentes apropriados pelos alunos, como defende Paulo Freire, citado anteriormente, “*saberes socialmente construídos na prática comunitária*”. Aplicamos o método filosófico de análise sobre os problemas éticos que estão contidos em fatos atuais, buscando um nexos entre os conhecimentos que o estudante já possui, e os conhecimentos agora apresentados, como no dizer de Paulo Freire, citado no capítulo anterior, “*discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos*”.

Estabelecendo uma relação entre o que defendem os subjetivistas e o que defendem os relativistas, conforme foi estudado no semestre passado, percebemos uma semelhança entre as duas teses: tanto subjetivistas quanto relativistas não admitem a existência de conhecimento moral, afirmando que juízo moral não existe. Os relativistas defendem uma tese sociológica, postulando que “certo e errado” são juízos que não existem, pois a noção de certo ou errado é relativa às regras estabelecidas pelas diferentes sociedades humanas, cada sociedade com suas próprias regras. Os subjetivistas afirmam que a noção de certo ou errado é relativa aos sentimentos ou desejos de cada indivíduo.

Segundo os subjetivistas, não podemos dizer que Matt Foreman está certo ao defender os direitos dos homossexuais, assim como não podemos dizer que Falwell está errado ao negar esses direitos, argumentando que a homossexualidade é imoral. Num debate entre Falwell e Foreman, segundo os subjetivistas, não poderíamos dizer que um dos dois está errado, pois ambos estariam certos, embora defendendo teses opostas, uma vez que cada um deles pode estar sendo sincero ao manifestar seus sentimentos sobre a questão moral que está em pauta.

Segundo os subjetivistas, quando alguém diz que algo é errado ou imoral, não está proferindo um juízo moral, mas apenas manifestando os seus sentimentos subjetivos a respeito desse algo do qual está falando. Em outras palavras, esse alguém só pode dizer como se sente em relação ao algo analisado, sem poder afirmar de fato que esse algo é errado.

Os subjetivistas podem dizer que Falwell, quando ataca os homossexuais dizendo que são imorais, não está fazendo outra coisa a não ser falar sobre como se sente com relação aos homossexuais. Foreman, ao defender os direitos dos homossexuais, não está fazendo mais nada a não ser expressando como se sente com relação aos direitos homossexuais, e não pode afirmar que esses direitos existem de fato. Foreman não pode dizer que Falwell está errado, pois Falwell está apenas expressando seus sentimentos e não pode estar errado se estiver sendo sincero ao defender sua posição. Então Falwell não pode questionar a posição de Foreman, já que nenhum dos dois pode expressar um juízo moral, uma vez que juízos morais não existem.

Começa o primeiro debate com os alunos em sala de aula. Percebemos que já no início do debate, alguns alunos manifestaram-se simpatizantes da teoria subjetivista. Jovens estudantes que são contra os direitos dos homossexuais, por razões pessoais ou pela defesa de princípios religiosos, acharam a tese subjetivista bastante confortável, uma vez que podem atacar os homossexuais sem maiores compromissos, já que podem dizer que não estão condenando diretamente mas apenas manifestando os seus sentimentos. Também pode ser confortável saber que ninguém pode censurá-los, pois não podem estar errados se estiverem sendo sinceros na defesa de sua posição.

Outros alunos manifestaram uma posição bastante neutra e cautelosa, com receio de dizerem o que pensam na presença de colegas homossexuais.

Outro grupo se manifestou dizendo que não são contra os homossexuais, desde que se mantenham afastados.

Alguns estudantes, entretanto, preferiram não se manifestar no que se refere aos homossexuais, mas mostraram simpatia pela teoria subjetivista, pois acreditaram tratar-se de uma teoria bastante “democrática”, já que ninguém pode condenar ou determinar que a opinião dos outros é errada.

Segundo Rachels, essa discussão em torno dos direitos dos homossexuais foi posta apenas como exemplo, pois a teoria ética do Subjetivismo pretende fornecer elementos para avaliação de quaisquer outras questões morais.

Já fazendo uma deliberação sobre consequências, Rachels observa que, na ótica subjetivista, quando dizemos que os nazistas agiram de forma cruel ou desumana ao exterminarem milhões de pessoas inocentes durante a segunda guerra mundial, não estamos fazendo outra coisa além de dizermos como nos sentimos em relação às atitudes dos nazistas, sem poder afirmar que de fato, o que eles fizeram foi crime. A reflexão sobre consequências é que, se não podemos condenar os nazistas pelo que fizeram, resta saber como os nazistas se sentiram com ralação aos seus atos. Caso eles tivessem dito que acreditavam que o que fizeram foi correto, porque esse era o sentimento subjetivo deles, deveriam ter ficado impunes com relação às atrocidades perversas que praticaram.

A análise dos limites lógicos do Subjetivismo Moral.

A questão da falibilidade:

Observamos que, assim como havia um problema no argumento relativista, também temos no argumento subjetivista, visto que o subjetivismo não dá conta da nossa falibilidade.

Existe aqui um objetivo específico, que é despertar os alunos para uma reflexão sobre a ética, pois uma tese que parece sofisticada como o subjetivismo ético, que tem uma aparência de estar fundamentada em alicerce lógico, pode não ser mais nada além de uma falácia (argumento inconsistente logicamente com aparência de verdadeiro).

A questão da falibilidade é a primeira objeção apresentada por Rachels contra o Subjetivismo Ético. Essa objeção está na página 59.

Segundo Rachels, os subjetivistas acreditam que, se o agente moral defende a sua posição, manifestando seus sentimentos de forma sincera, não pode estar errado, e não é possível condená-lo. Está suposto então, que todos somos infalíveis. Mas Rachels demonstra que essa infalibilidade não existe no ser humano. Que nenhum ser humano é realmente infalível, pois muitas vezes percebemos que estamos errados nas nossas avaliações e podemos querer corrigir nossas posições, mas o subjetivismo não dá conta desse tipo de correção.

Percebemos que alguns alunos que já estavam tomando uma posição a favor do Subjetivismo Ético, começaram a perceber que há algo errado com essa teoria. Alguns sentiram um desconforto já na aula anterior, quando entramos na questão sobre saber se a condenação do nazismo é algo estabelecido ou trata-se apenas de sentimentos subjetivos. Outros começaram a sentir desconforto ao ser apresentada a primeira objeção.

Se não somos infalíveis, como podemos fazer uma avaliação moral tendo como base os nossos sentimentos subjetivos? Os nossos sentimentos muitas vezes nos enganam. Há momentos em que temos certeza absoluta que é A. Mas em outros momentos podemos ter dúvidas que é A, e acharmos que agora é B.

A questão do desacordo moral:

Desacordo é o que ocorreu entre Foreman e Falwell. Para Foreman não existe nenhuma imoralidade na homossexualidade. Foreman acredita que os homossexuais são seres humanos normais, que não são imorais nem abomináveis, que possuem direitos e que esses direitos devem ser respeitados. Mas Falwell afirma que os direitos dos homossexuais são um atentado aos bons costumes e devem ser combatidos.

Nas páginas 59 e 60, Rachels apresenta a controvérsia entre Foreman e Falwell. Mas para os subjetivistas não há controvérsia, pois Foreman não pode dizer que os direitos dos homossexuais são legítimos, pois quando ele pensa que está dizendo isso, está apenas dizendo como ele se sente com relação aos direitos dos homossexuais, falando apenas da sua atitude em relação a esses direitos. Falwell não pode condenar Foreman por isso, já que a defesa não é de fato, mas apenas de uma opinião, e Falwell também não pode apresentar uma condenação aos direitos dos homossexuais, já que ele, Falwell, só consegue falar do que ele sente a respeito. Dessa forma, os subjetivistas pretendem dizer que não há desacordo, mas o desacordo no caso de Foreman e Falwell é evidente, inegável. Percebe-se que há algo errado com a teoria subjetivista.

Durante o debate, alguns alunos ficaram na dúvida sobre a construção de regras sociais ou leis, como elas seriam estabelecidas, com que base, já que a controvérsia, segundo o Subjetivismo não é, na verdade uma controvérsia, então seria impossível determinarmos algo sobre essa discussão. Um dos alunos fez a seguinte observação: “Como será possível estabelecermos regras sociais ou leis dentro de uma sociedade humana, em que essas leis seriam baseadas, se não podemos jamais ter uma conclusão em casos de controvérsias, não é possível ter um desempate?”

A inquietação dos alunos diante do que está sendo apresentado deve-se ao fato de que, se não existe uma controvérsia, os envolvidos no debate ficarão eternamente discutindo sem jamais se conhecer um critério de avaliação para os argumentos dessas partes.

Como não se pode chegar a consenso sobre uma controvérsia, desde que não se possa admitir que essa controvérsia de fato existe, conclui-se o resultado da segunda

objeção: a maioria dos alunos começou a perceber que há falhas na teoria subjetivista, pois o Subjetivismo Ético não dá conta do desacordo moral.

Análise da evolução do Subjetivismo Moral. O Emotivismo:

O estudo sobre o Emotivismo é apresentado nas páginas 61, 62, 63, 64 e 65. Rachels explica que o Emotivismo é uma evolução da teoria subjetivista. Com a apresentação das objeções, muitos filósofos abandonaram a tese do Subjetivismo, mas outros preferiram permanecer para tentar corrigir erros que foram demonstrados nas objeções, na intenção de tornar a teoria defensável logicamente.

No principal argumento de defesa do Emotivismo, afirmam os estudiosos que há muitos usos diferentes para a linguagem: podemos utilizar a linguagem para afirmar fatos, (em Filosofia chamamos de *premissa*), e neste caso estamos utilizando a linguagem para comunicar informações ao ouvinte. Por Exemplo:

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil.

Tenho um carro preto com rodas de liga leve.

José de Alencar é o autor de Iracema.

Podemos atribuir um valor de verdade às afirmações acima, pois tratando-se de afirmações, podem ser verdadeiras ou falsas. Mas a linguagem pode ser usada de outras formas. Se por exemplo, dissermos para alguém : “vá até a praia”, estamos dizendo algo que não é uma afirmação. Estamos apenas dando uma ordem para que alguém cumpra, mas não estamos afirmando coisa alguma, não estamos fornecendo nenhum tipo de informação. Não faria nenhum sentido tentarmos atribuir um valor de verdade para esta frase, tentando dizer algo como: é falso que “vá até a praia” ou é verdadeiro que “vá até a praia”. Assim, também poderíamos dizer: não fume, não se envolva com vícios. Ainda podemos dizer que sentenças desse tipo servem para prescrever um tipo de conduta, conselhos, admoestações, com o propósito de influenciar a conduta de alguém, mas não podemos considerar este tipo de frase como afirmação ou premissa, nem atribuir um valor de verdade.

Para o Subjetivismo, quando Falwell diz que a homossexualidade é imoral, está afirmando que ele, Falwell, desaprova a homossexualidade, mas os objetores

demonstram que Falwell não é infalível, e pode estar errado. Para escapar dessa objeção, os Emotivistas dizem que Falwell na verdade, não está afirmando que a homossexualidade é imoral, mas está dizendo algo como “não se envolva em atos homossexuais”. Então, para os emotivistas, Falwell estaria prescrevendo um tipo de conduta, e não fazendo uma afirmação. Isso muda tudo, pois no Subjetivismo todas as afirmações são verdadeiras, desde que o agente moral esteja sendo sincero quanto à manifestação dos seus sentimentos subjetivos, mas não prevê a falibilidade. Entretanto, no Emotivismo não há afirmação, e sim prescrição. Sendo prescrição, não tem valor de verdade, e não tendo valor de verdade, aquele que prescreve não tem nenhuma obrigação de ser infalível, logo, a objeção da infalibilidade atinge o Subjetivismo, mas não atinge o Emotivismo. Percebe-se, a partir de Charles L. Stevenson (1908-1979), uma tentativa de evolução da teoria subjetivista.

A segunda objeção, que envolve a questão do desacordo, também não atinge o Emotivismo, pois a tese emotivista admite que pode haver desacordo. São dois tipos de desacordo admitidos pelos emotivistas: o desacordo sobre os fatos e o desacordo de atitudes. O desacordo sobre os fatos ocorre quando uma pessoa pensa ser verdadeiro algo que outra pessoa pensa ser falso. O desacordo de atitudes ocorre quando uma pessoa quer que determinada coisa aconteça e outra pessoa não quer.

Um grupo de alunos, nesse momento da discussão, sugeriram que provavelmente o Emotivismo teria de fato, conseguido salvar a tese subjetivista fornecendo respostas para as duas objeções que atacaram o Subjetivismo na sua versão mais primitiva. Mas um grupo bem menor de alunos tiveram uma sensação de que ainda havia algo errado, que estava faltando alguma coisa neste raciocínio.

A desconstrução final do Emotivismo e de toda a tese subjetivista começa na página 65 e vai até a página 71.

James Rachels demonstra que é um erro de muitos pensadores pensarem que o ser humano é composto apenas de desejos e sentimentos subjetivos. O ser humano também possui **razão**, e isso é um fato que não poderia jamais ser esquecido ou menosprezado:

“As pessoas não têm apenas sentimentos, têm também razão, e isso faz uma grande di-

ferença. Pode pois ser que as verdades morais são verdades da razão; isto é, um juízo moral é verdadeiro se for sustentado por razões melhores do que os juízos alternativos”.
(RACHELS, 2004, p. 67)

Foi necessário explicar aos alunos que em algum momento precisamos recusar uma teoria por produzir consequências inaceitáveis. No caso do Emotivismo, como demonstra Rachels, a teoria não dá conta do lugar da razão na ética. Mesmo salvando a teoria subjetivista na defesa contra as objeções, o Emotivismo não pode fornecer uma explicação para o estabelecimento de um juízo. Se admite que as pessoas podem entrar em desacordo nas questões morais, e que esse desacordo pode ocorrer de duas formas, seja sobre fatos ou de atitudes, não fornece a solução para o desacordo. E o desfecho final, o desempate, ou qualquer nome que possamos dar à consequência última, é o algo do qual alguns alunos sentiram falta no debate. Se Falwell diz que a homossexualidade é imoral e Foreman afirma que nada há de imoral no homossexualismo, que posição tomaremos? Ao lado de Falwell ou ao lado de Foreman?

Segundo Rachels, um juízo moral não poder ser estabelecido, nem a partir da opinião ou dos sentimentos subjetivos de Falwell, nem de Foreman, nem de qualquer outra pessoa, mas através de princípios lógicos que a razão estabelece:

“Um juízo moral – ou qualquer outro juízo de valor – tem que ser apoiado em boas razões. Qualquer teoria adequada da natureza da avaliação moral deveria, portanto, ser capaz de dar conta das relações entre os juízos morais e as razões que os sustentam. Foi justamente neste aspecto que o Emotivismo fracassou”.
(RACHELS, 2004, p. 65)

Rachels defende que a natureza da ética é o princípio da razão, que a ética é estabelecida a partir de verdades objetivas, que estas verdades não podem depender dos sentimentos, da opinião ou desejos, seja lá de quem quer que seja, pois “a razão diz o que diz, alheia às nossas opiniões e desejos”:

“Uma verdade em ética é uma conclusão apoiada por razões: a resposta correta a uma questão moral é uma resposta que tem ao seu lado o peso da razão. Não podemos tor-

nar algo bom ou mau pelo simples desejo de que seja assim, porque não podemos simplesmente querer que o peso da razão esteja a favor ou contra algo...A razão diz o que diz, alheia às nossas opiniões e desejos".
(RACHELS, 2004, p. 67)

Ao contrário do que pretende demonstrar a teoria subjetivista, o juízo moral existe, e é determinado a partir de verdades objetivas. Mas se o juízo moral existe, que consequências teremos ao aceitar uma teoria ética como a teoria subjetivista? Estão postos os elementos para mais um debate.

Após uma longa discussão, a maioria dos alunos concordou que a consequência por se aceitar uma teoria ética como o Subjetivismo é danosa.

Como foi visto no semestre anterior, quando estudávamos o Universalismo, onde abordamos conteúdos da obra *A República* de Platão, as discussões filosóficas eram apresentadas na forma de diálogos. Num desses diálogos, o Eutífron, Sócrates faz uma pergunta com o propósito de provocar uma reflexão sobre o juízo moral: "Um comportamento é correto porque Deus o ordena, ou Deus o ordena porque é correto?" (A palavra original é *piedade*, adaptado para termos monoteístas por Rachels – *Elementos de Filosofia Moral*, páginas 80 e 81. Editora Gradiva. Lisboa, 2004).

Segundo Rachels, se respondermos a esta pergunta dizendo que é correto porque Deus o ordena, teremos um problema: estaremos relativizando a ideia de correto à opinião de Deus, supondo que um juízo moral pode ser arbitrado, e não estabelecido pelo princípio lógico da razão. Se Deus pudesse, de forma arbitrária, estabelecer o que é correto apenas pelos seus desejos, sem atentar para o princípio lógico da razão, Ele poderia, por exemplo, dizer que resolveu arbitrar que a partir de agora a mentira passará a ser uma virtude, e a verdade um pecado. Para sermos bons cidadãos e bons filhos de Deus, deveríamos ser todos mentirosos. Como seria viver numa sociedade onde todos mentissem para todos o tempo todo? Não poderíamos, por exemplo, pedir uma informação para alguém na rua, pois esse alguém para ser bom, deveria mentir nos dando a informação errada. Numa sala de aula, um professor deveria mentir para os seus alunos o tempo todo, para ser um bom professor, e por consequência, não transmitiria aos seus alunos nenhum conhecimento.

A pergunta de Sócrates tem o propósito de fazer um convite ao agente moral para uma reflexão sobre como seria viver numa sociedade onde não fosse possível o conhecimento moral. A ausência do conhecimento moral inviabilizaria a nossa vida dentro de qualquer tipo de sociedade humana. Eis aí a consequência de aceitar teorias filosóficas como o Subjetivismo Ético ou o Relativismo Cultural, as quais negam a existência de um conhecimento moral objetivo.

A pergunta de Sócrates produziu perplexidade na maior parte dos alunos. Um aluno fez a seguinte observação: “Se teorias éticas como o Relativismo e o Subjetivismo pretendem negar a existência do conhecimento moral, e isso é prejudicial para os seres humanos, porque existe esse tipo de tese?”

Há questões complicadas sobre as quais os filósofos não chegaram a um consenso, mas há questões mais simples, mais fáceis de determinar o que é verdadeiro nas respostas que são fornecidas aos problemas que se colocam. Neste aspecto a Filosofia não é muito diferente de outras áreas do conhecimento humano.

Até na Física há questões muito complexas sobre as quais os físicos ainda estão discutindo. Isso não significa que não existam conhecimentos objetivos em Física, pois nem todas as questões sobre Física são tão complexas. Há questões mais fáceis, sobre as quais qualquer físico pode apresentar respostas objetivas. Também na Filosofia nem todas as questões são tão complexas que não possa haver consenso entre os filósofos. Mas é preciso entender que todas as teorias filosóficas, mesmo aquelas que, como o Subjetivismo Ético, tenham limitações lógicas, são tentativas de fornecer respostas para problemas filosóficos a partir de um determinado princípio de raciocínio.

A Filosofia fornece mecanismos que permitem detectar falhas nas diversas teorias, e é justamente este o exercício que estamos fazendo aqui.

Outro aluno (este é evangélico) fez a seguinte observação: “Professor, na minha igreja sempre fui orientado que Deus criou todas as coisas, inclusive a verdade. Que todas as coisas, todos dos princípios provém de Deus. Então como Você pode dizer que *Deus diz que é correto porque é correto?*”

Não queremos de forma alguma desprezar a fé das pessoas. Fé é algo que, em princípio deve ser respeitado, mesmo que essa fé não seja compartilhada. Mas dizer

que Deus criou a verdade vai gerar um problema: como era a verdade antes de ter sido criada por Deus? Se nós compreendemos que a verdade é uma virtude e que ela é boa pela sua natureza, já que através da verdade conseguimos coisas de valor incalculável, como por exemplo, o equilíbrio nas nossas relações humanas dentro das sociedades onde vivemos, poderíamos determinar em que momento a verdade começou a ser boa, quando ela tornou-se uma virtude? Se a verdade tornou-se uma virtude no momento em que Deus a criou, o que ela era antes desse momento? Uma coisa ruim?

Nesta altura do debate, outro aluno fez a seguinte observação: “Quando falamos na verdade, não estamos falando apenas de uma palavra? A verdade pode ser alguma coisa mais do que uma palavra?”

A verdade é realmente uma palavra, mas esta palavra identifica um determinado conceito. E este conceito é algo que operamos nas nossas vidas, nas nossas relações interpessoais. Sabemos que estamos operando com um conceito bom, porque conhecemos as coisas boas que este conceito, este princípio ao qual chamamos de verdade, produz nas nossas vidas. A questão é: a partir de quando este princípio tornou-se bom? Quando Deus determinou, ou já era bom antes disso? Não encontraremos uma resposta fácil para este tipo de pergunta, mas não há lei no universo que nos impeça de pensar a respeito. De forma semelhante, poderíamos perguntar: Dizemos que a virtude é bela porque Deus é virtuoso, ou dizemos que Deus é virtuoso porque a virtude é bela? Há pessoas que afirmam que Pitágoras inventou o triângulo. Outros dizem que Deus inventou o triângulo. Se aceitarmos a hipótese de que Deus tenha criado o triângulo, podemos perguntar: antes do momento em que Deus criou o triângulo, ele já possuía três ângulos? O fato de que a soma dos ângulos internos de um triângulo é 180 graus já estava valendo antes de Deus ter criado o triângulo ou isso passou a ser daquele momento para cá? Se foi daquele momento para cá, qual era o valor desta soma antes disso? Mais ou menos do que 180 graus? É possível conceber um universo num momento em que o triângulo não tinha três ângulos? É possível conceber um universo no qual um quadrado não tenha quatro lados, ou que duas retas paralelas possam se cruzar em algum ponto? Este tipo de conhecimento, em Filosofia chamamos de axioma. Os axiomas são verdades que se

garantem por si mesmas, sem que seja necessário recorrermos a alguma outra fonte para provar a sua validade.

Análise do argumento do Falwell, com o objetivo de demonstrar a inconsistência deste tipo de discurso discriminatório:

Da página 71 até a página 76, Rachels faz a demonstração lógica da inconsistência do discurso religioso de Falwell, demonstrando que não há nenhuma imoralidade na homossexualidade. Que homossexuais são seres humanos, são pessoas, não são imorais, nem abomináveis, nem pecaminosos, nem outras coisas horríveis das quais são acusados, que a discriminação sim, é uma coisa imoral que precisa ser extirpada das sociedades humanas.

Rachels defende que não há a menor possibilidade de se demonstrar que homossexuais representam qualquer ameaça para a sociedade. Para Rachels os homossexuais são seres humanos normais, e como humanos, anseiam por uma vida feliz, vivendo em paz com a pessoa amada, tendo o direito de construir família, como qualquer pessoa, sem serem perseguidos, nem humilhados, muito menos excluídos, sob o pretexto de serem diferentes:

“O fato mais importante é que os homossexuais seguem o único tipo de vida que lhes dá a oportunidade de ser felizes. Não devemos, no entanto, centrar-nos apenas no sexo. Mais de um escritor *Gay* afirmou que a homossexualidade não se centra em saber com quem se tem sexo, mas sim em saber a quem se ama. Uma vida feliz para *Gays* e lésbicas, assim como para qualquer outra pessoa, pode significar viver com alguém que se ama, com tudo o que isso envolve. Além disso, as pessoas não escolhem a sua orientação sexual; tanto homossexuais como heterossexuais descobrem ser o que são sem terem tido qualquer voto na matéria. Assim, afirmar que as pessoas não deveriam exprimir a sua homossexualidade é, com frequência, condená-las a uma vida de infelicidade”.

(RACHELS, 2004, p. 71 e 72)

Um homossexual, como qualquer ser humano, é capaz de amar e ser amado. A história humana foi enriquecida por grandes artistas, pensadores, escritores e cientistas, alguns deles homossexuais e muito devemos a essas pessoas que forneceram a sua contribuição para construir o alicerce dos saberes que hoje dominamos. Utilizaram seus talentos e o seu conhecimento para beneficiar a todos,

mas muitas vezes tiveram que esconder sua orientação sexual para não serem perseguidos e mortos, vítimas da perversidade, do preconceito e da discriminação. As obras desses grandes homens e grandes mulheres homossexuais ainda permanecem entre nós, mas infelizmente também permanece o preconceito, por isso pedimos licença para não citar os nomes desses seres humanos extraordinários. Entretanto, uma mudança de posição é o que também observamos ao abordar este tema em sala de aula, no debate com os alunos. Temos um longo caminho a percorrer, até que venha o dia em que os homens todos possam ser considerados como iguais, tendo cada um este sentimento de pertencimento a uma sociedade que o reconhece pelo seu valor intrínseco, dada a sua condição de ser racional e autônomo.

É pertinente a observação de que este argumento feito durante o debate recebeu aplausos quase unânimes dos alunos presentes, e que esses aplausos podem ser considerados um passo importante no caminho da apropriação da capacidade reflexiva a qual nos propusemos trabalhar em sala de aula.

Rachels demonstra que a única diferença possível de ser percebida entre homossexuais e heterossexuais é a forma das relações sexuais. Fora isso, não há uma única diferença significativa que possa ser apontada como motivo para apoiar qualquer tipo de discurso discriminatório, qualquer tentativa de dizer que homossexuais são abomináveis ou imorais:

“A ideia de que os homossexuais são perniciosos, revela-se um mito muito semelhante à ideia de que os negros são preguiçosos e os judeus são avarentos”.
(RACHELS, 2004, p.72)

Está sendo demonstrado aqui a inconsistência dos argumentos daqueles que pregam o ódio e a intolerância. Conforme foi abordado no capítulo anterior, que está contido dentro do conceito de cidadania, o respeito a cada indivíduo em separado, considerando o valor que um único ser humano tem em si mesmo, incalculável, pela autonomia de julgamento, sendo esse indivíduo de qualquer etnia ou qualquer orientação sexual.

Resta, para aqueles que defendem a posição de perseguir os homossexuais, o argumento de que a homossexualidade é “contrária à natureza”, argumento muito

explorado por religiosos. Mas Rachels observa que “contrário à natureza” é uma expressão utilizada de forma leviana, sendo necessária uma demonstração do que significa realmente “contrário à natureza”. Se “contrário à natureza” é uma expressão tomada a partir de uma estatística, tendo por princípio a ideia de que a maioria das pessoas são heterossexuais e, portanto, os homossexuais são minoria, então se configuraria uma espécie de “anormalidade” ou “anomalia”. Não pertencer a maioria não significa necessariamente ser “contrário à natureza”. Rachels observa que muitas pessoas são canhotas. Os canhotos constituem uma minoria, pois a grande maioria das pessoas são destros. Nem por isso podemos afirmar que os canhotos devem ser discriminados, perseguidos e excluídos, considerados “contrários à natureza”.

Um novo debate foi aberto, mas agora percebemos uma facilidade maior de articulação dos alunos com relação ao tema discutido. Muitos deles já tinham ouvido este argumento de que homossexuais são “contrários à natureza”. Alguns alunos disseram ser bastante cômodo aceitarem esse tipo de argumento, mas se examinado de forma desapassionada, revela-se completamente inconsistente e não é difícil perceber a inconsistência.

Se, como afirma Rachels, “contrário à natureza”, pode ser algo como “finalidade de alguma coisa”, os que pregam a intolerância poderiam dizer que o sexo serve para a procriação, portanto, como as relações sexuais homossexuais não resultam em procriação, o sexo homossexual seria considerado “contrário à natureza”. Mas Rachels demonstra que é muito simplório desconsiderar que um grande número de práticas sexuais ocorre entre os humanos sem o propósito de procriação. Muitos casais se relacionam sexualmente apenas porque se amam e sentem prazer nas suas relações, não necessariamente com finalidade de procriação. Poderíamos igualmente dizer que mulheres que entraram na menopausa não poderiam mais fazer sexo, pois não podem mais procriar. Que a masturbação também seria condenada, pois não é praticada com o propósito de procriar. Todas essas práticas são feitas por pessoas heterossexuais, e se não procriam, também deveriam sofrer a mesma condenação:

“Estas práticas seriam tão “contrárias à natureza” (e presumivelmente tão más) como o sexo homossexual. Mas não há qualquer razão para aceitar estas conclusões porque toda esta linha de raciocínio é incorreta. Baseia-se no pressuposto de que é *errado usar partes do nosso corpo para algo mais do que as suas finalidades naturais*, e isto é certa-

mente falso”.
(RACHELS, 2004, p. 73)

Então não é possível demonstrar que sexo homossexual é “contrário à natureza”. Desta forma, Rachels continuou procurando algo que poderia justificar esta expressão. Como não há uma justificativa coerente para dizer que a homossexualidade é contrária à natureza, Rachels concluiu que “contrário à natureza” poderia ser algo como “*contrário àquilo que uma pessoa deveria ser*”. Mas então estamos inegavelmente diante de um preceito arbitrário e sem sentido, como se disséssemos: “*isto ou aquilo é errado porque é errado*”.

Durante os debates que se seguiram um aluno (este é evangélico) sugeriu que alguns religiosos defendem que a homossexualidade é condenada na Bíblia. Outro aluno evangélico perguntou se acreditamos realmente ser a Bíblia a “*palavra de Deus*”. E um outro aluno, também evangélico, fez a seguinte observação: “Não tenha dúvida, Professor, que você e mais esse Rachels vão arder eternamente no inferno por estarem defendendo esses homossexuais”. Esses alunos, defendendo suas crenças religiosas, não aceitaram o argumento de Rachels, pois foram convencidos por signatários evangélicos que os homossexuais são abomináveis, e aqueles que os defendem também correm o risco de queimarem eternamente no inferno. (Pretenderam condenar Rachels e os demais professores de Filosofia ao mármore do inferno).

A resposta para estas indagações está no capítulo anterior, como foi citado, onde está escrito em Levítico 18:22: “*Não podes deitar-te com homem, como se fosse uma mulher; é uma abominação*”. Rachels defende que não podemos negar o quanto os textos bíblicos são sagrados para as pessoas que neles acreditam e por esses ensinamentos tentam direcionar suas vidas. Mas não podemos esquecer que no mesmo Levítico há uma orientação para queimar viva a filha de um sacerdote, caso ela seja apanhada em adultério (Levítico 21:9). E também fornece uma orientação para comprar escravos em Estados vizinhos (Levítico 25:44), e que a barba deve ter uma forma quadrada (Levítico 19:25). Desta forma, Rachels demonstra que não seria possível hoje, seguir todas estas orientações bíblicas. Queimar uma pessoa viva no nosso século, é crime de assassinato. Escravidão na nossa época também é crime, e nem todos os homens atualmente usam barba, muito menos da forma “quadrada”:

“O problema é que não podemos concluir que a homossexualidade é uma abominação simplesmente porque isso é dito no Levítico, a menos que estejamos igualmente dispostos a concluir que as outras instruções são exigências morais; alguém que tentasse viver segundo todas estas regras no século XXI ficaria maluco”.

(RACHELS, 2004, p. 75)

Não se pretende com isso dizer que não há ensinamentos importantes na Bíblia, nem pretendemos desconstruir a fé das pessoas, mas é preciso fazer uma análise cuidadosa em textos que foram escritos há mais de dois mil anos no passado. Pensar em que situação foram escritos esses textos, que demandas teriam supostamente contribuído para a sua elaboração. Certamente são demandas bem diferentes das demandas da nossa época. Não apenas demandas, como também usos e costumes.

A maioria dos alunos concordaram plenamente com a demonstração que foi feita sobre o fato de que alguns textos bíblicos não podem mais servir de orientação moral na nossa época, quando tantas coisas já mudaram, e ainda continuam ocorrendo grandes transformações a todo o momento. Mas os evangélicos, em número bastante reduzido, continuaram irredutíveis, mostrando-se impermeáveis para este tipo de demonstração. Um deles fez a seguinte observação: “A Bíblia é a palavra de Deus, e ela não muda. O mundo mudou porque as pessoas são abomináveis, não aceitam a sua doutrina e preferem seguir mestres do Satanás, como o nosso professor de Filosofia”. Alguns alunos do outro grupo se indignaram, mas explicamos que não deve haver nenhuma indignação, pois mantemos um espaço aberto para debates, onde cada um deve defender uma posição, ainda que seja uma posição não muito amigável. Os alunos evangélicos que defendem uma opinião de que o professor de Filosofia é um agente do Satanás, têm todo o direito de manifestarem-se e defenderem o seu ponto de vista. Estão convidados, desde agora, a fazerem uma demonstração lógica em defesa da sua tese.

Chegando ao final de mais um semestre, fizemos uma última aula com um tempo especialmente dedicado a perguntas e respostas tendo por objetivo esclarecer quaisquer dúvidas que ainda persistam, para podermos aplicar a prova na aula seguinte.

Foi elaborada uma prova bem simples, contendo três questões, todas elas abordando aspectos do Subjetivismo Ético, os quais foram discutidos em sala de aula. As três questões são subjetivas, podendo o aluno escrever as respostas com suas próprias palavras, ou recorrer ao texto, pois a avaliação é com total liberdade de consulta a objetos inanimados, compreendendo que, se os estudantes forem capazes de localizar no texto as respostas para as questões, estarão demonstrando que desenvolveram a competência esperada.

Inserimos na sequência uma cópia da prova que foi aplicada às diversas turmas que foram designadas para as atividades do estágio.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DOM DIOGO DE SOUZA
Disciplina de Filosofia

Prova sobre o Subjetivismo Ético:

Aluno: _____

Data: _____

Turma: _____

Questões:

1)O Subjetivismo Simples não dá conta da falibilidade. Explique brevemente, com suas palavras, o que isso significa.

2)O Subjetivismo Simples não dá conta do desacordo. Explique com suas palavras, qual é a consequência disso para o conhecimento moral.

3)Por qual motivo um juízo moral deve ser apoiado em razões, e não em sentimentos subjetivos?

A primeira questão da prova aborda a primeira objeção feita ao Subjetivismo Ético. O que se pretende com esta questão é saber se os alunos compreenderam por quais razões a teoria do Subjetivismo Ético fracassou. A desconstrução da teoria subjetivista começa justamente na primeira objeção, quando é demonstrado que o Subjetivismo Ético não dá conta da falibilidade. Dada a nossa falibilidade, não podemos fazer uma avaliação moral tomando como base os nossos sentimentos ou desejos.

A segunda questão aborda a consequência. A consequência pode ser vista sob dois aspectos: o primeiro é que a teoria subjetivista afirma que juízos morais não

existem. O segundo é que não pode haver desacordo. Não havendo desacordo, não pode haver o debate, e a consequência é que não pode haver uma conclusão. Sob os dois aspectos percebemos que não podemos ter conhecimento moral, e esta é uma consequência danosa de se aceitar uma tese filosófica como o Subjetivismo Ético.

A terceira questão visa verificar se os alunos compreenderam porque um juízo moral tem que ser apoiado em razões, e não em sentimentos subjetivos.

5.1.3.4 Exemplos das respostas dadas pelos alunos:

011110
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DOM. DIOGO DE SOUZA
Disciplina de Filosofia

Prova sobre o Subjetivismo Ético:
Aluno: _____
Data: _____
Turma: _____

(9)

Questões:

1) O Subjetivismo Simples não dá conta da falibilidade. Explique brevemente, com suas palavras, o que isso significa.

Não somos infalíveis, por vezes nós erramos nossas avaliações, mas podemos querer corrigir as nossas imperfeições mas o subjetivismo ético nos aceita nossas imperfeições, mas nos pedimos corrigir nossas erros.

2) O Subjetivismo Simples não dá conta do desacordo. Explique com suas palavras, qual é a consequência disso para o conhecimento moral.

Não há possibilidade de conhecimento moral na questão de sentimentos subjetivos, pois duas ou mais pessoas podem estar em desacordo sobre o mesmo assunto sem conhecimento moral nessa vida nas sociedades humanas sendo inviável.

3) Por qual motivo um juízo moral deve ser apoiado em razões, e não em sentimentos subjetivos?

Um juízo moral é uma afirmação que tem como apoio o peso da razão. A razão diz o que diz embora nos nossos sentimentos subjetivos. Não podemos tomar uma coisa certa ou errada pelo simples desejo de que seja assim.

Aluna A:

A *aluna A* demonstrou que desenvolveu a competência. Ela procurou escrever com suas próprias palavras. Consideramos 50% correta a resposta que ela forneceu para a primeira questão, pois nos parece incompleta. Faltou explicar o critério usado pelos subjetivistas para determinar aquilo que eles consideram uma forma de avaliação moral: sentimentos subjetivos. O critério usado é a sinceridade no momento de manifestar os sentimentos. Desde que estejamos sendo sinceros ao manifestar nossos sentimentos, dizem os subjetivistas que não podemos estar errados. A impossibilidade de determinar o erro, neste caso, está relacionada a dois aspectos: 1) Inexistência do

certo e do errado. 2) Sinceridade ao manifestar os sentimentos. E a inconsistência deve-se ao fato de não sermos infalíveis, pois podemos querer corrigir nossas opiniões ao percebê-las sem apoio na realidade. Foi explicado tanto nesta aula quanto na aula anterior, que uma resposta completa seria fornecer o critério de avaliação moral defendido pela teoria ética.

Na segunda questão, forneceu uma resposta formidável, com as próprias palavras dela, onde ela diz que: “Não há possibilidade de conhecimento moral na questão de sentimentos subjetivos, pois duas ou mais pessoas podem estar em desacordo sobre o mesmo assunto. Sem o conhecimento moral, a nossa vida nas sociedades humanas seria inviável.” Nesta questão a *aluna A* não só fornece a resposta, mas ainda explica o porquê. Na questão anterior a inconsistência deve-se ao fato de não sermos infalíveis, e nesta questão a inconsistência está na falsa informação de que o conhecimento moral não existe, somando-se a isso, a falsa informação de que seria possível viver em sociedade sem o conhecimento moral. Quando ela conclui que não pode haver conhecimento moral por causa do desacordo, demonstra compreender que havendo desacordo, teríamos que ser capazes de determinar quem estaria certo e quem estaria errado, ou tornaria impossível o conhecimento moral.

Na terceira questão ela responde dizendo que não podemos tornar uma coisa certa ou errada pelo simples desejo de que seja assim. A frase é, na verdade, copiada do texto discutido em aula, extraído da obra do Prof. James Rachels. Mesmo assim, a *aluna A* tem o mérito de incluir esta sentença na resposta dela, pois ela está demonstrando compreender o valor objetivo do juízo moral, cujo ponto de apoio é o raciocínio lógico, e não os sentimentos subjetivos de quem quer que seja.

A *aluna A* demonstrou bom comportamento em todas as aulas ministradas. Sempre atenta, participou ativamente da maioria dos debates, tomando nota de tópicos relevantes para o estudo que estávamos fazendo. Ela realizou intervenções objetivas, demonstrando respeito pelos colegas, sendo bastante prestativa em vários aspectos.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DOM DIOGO DE SOUZA
Disciplina de Filosofia

Prova sobre o Subjetivismo Ético:

Aluno: _____
Data: 06/05/19 _____
Turma: 403 _____

20

Questões:

1) O Subjetivismo Simples não dá conta da falibilidade. Explique brevemente, com suas palavras, o que isso significa.

Ninguém é infalível. Estamos por vezes errados nas nossas avaliações, e quando descobrimos essas vezes podemos querer corrigi-las, mas o Subjetivismo não admite correção, já que afirma que se eu estiver errado e tu não estás errado, desde que estejas manifestando meus sentimentos.

2) O Subjetivismo Simples não dá conta do desacordo. Explique com suas palavras, qual é a consequência disso para o conhecimento moral.

O Subjetivismo diz que não podemos exprimir mais do que sentimentos sobre juízos morais, não podemos combater o que é moralmente verdadeiro, pois duas pessoas podem estar em desacordo nas questões morais, podem ter sentimentos diferentes sobre o mesmo assunto. A ausência do conhecimento moral.

3) Por qual motivo um juízo moral deve ser apoiado em razões, e não em sentimentos subjetivos?

Um juízo moral ou qualquer outro tipo de juízo de valor tem que ser apoiado, em boas razões. Uma verdade em ética é uma conclusão apoiada em razões. A resposta correta a uma questão moral é simplesmente a resposta que tem ao seu lado o peso da razão. Tais verdades são objetivas no sentido em que são verdadeiras, independentemente do que podemos querer ou pensar.

Aluna F:

Consideramos que a *aluna F* forneceu as respostas satisfatórias para todas as três perguntas postas na prova. Na questão nº 1, onde a pergunta é: O subjetivismo simples não dá conta da falibilidade. O que isso significa? A Fernanda respondeu: “Ninguém é infalível. Estamos por vezes errado nas nossas avaliações e quando descobrimos nossos erros podemos querer corrigi-los, mas o subjetivismo não admite correções, já que afirma que, se desaprovo X, não posso estar errado, desde que esteja sendo sincero na manifestação dos meus sentimentos”.

A *aluna F* forneceu uma resposta completa para a primeira questão, pois forneceu o critério de avaliação moral da tese subjetivista: se assumo determinada posição desde que seja sincero, não posso estar errado nas minhas avaliações (princípio da infalibilidade).

A segunda questão da prova diz respeito ao desacordo. O subjetivismo simples não dá conta do desacordo. Qual é a consequência disso para o conhecimento moral? A *aluna F* respondeu que: “O subjetivismo diz que não podemos exprimir mais do que sentimentos sobre juízos morais, não podemos conhecer o que é moralmente verdadeiro, pois duas pessoas podem estar em desacordo nas questões morais, podem ter sentimentos diferentes sobre o mesmo assunto. A ausência de conhecimento moral tornaria a nossa vida numa sociedade humana inviável.” Mais uma vez a *aluna F* forneceu a resposta correta à questão, pois se duas pessoas estão em desacordo numa questão moral e não é possível determinar que uma delas possa estar certa e a outra errada, a consequência disso para o conhecimento moral é que ele torna-se, segundo a tese subjetivista, inexistente, ou impossível de ser determinado. A impossibilidade de determinar o conhecimento moral vai produzir um conflito permanente entre os membros de uma sociedade.

A terceira questão pergunta por qual motivo um juízo moral deve ser apoiado em razões e não em sentimentos subjetivos. A resposta da *aluna F* foi: “Um juízo moral ou qualquer outro juízo de valor tem que ser apoiado em boas razões. Uma verdade em ética é uma conclusão apoiada em razões. A resposta correta a uma questão moral é simplesmente a resposta que tem ao seu lado o peso da razão. Tais verdades são

objetivas no sentido em que são verdadeiras, independentemente do que podemos querer ou pensar.”

Esta resposta demonstra que a *aluna F* compreendeu que, ao contrário do que dizem os subjetivistas, o juízo moral existe e ele é apoiado em razões. E que a nossa vida dentro de uma sociedade humana é viável porque temos leis e normas que não foram estabelecidas a partir de desejos ou sentimentos subjetivos, mas por princípios lógicos estabelecidos pela razão, independentemente do que possamos querer ou pensar.

O comportamento da *aluna F* não foi tão impecável quanto deveria, mas em linhas gerais ela participou ativamente de debates.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DOM DIOGO DE SOUZA
Disciplina de Filosofia

Prova sobre o Subjetivismo Ético:

Aluno: _____
Data: 6/12/14
Turma: 402

(10)

Questões:

1) O Subjetivismo Simples não dá conta da falibilidade. Explique brevemente, com suas palavras, o que isso significa.

Ninguém é infalível. Estomamos por vezes errados nos nossos julgamentos, e quando descobrimos nesses erros podemos querer corrigi-los, mas o Subjetivismo não admite correções, só que a alma que se desaprova, não possa estar errada, desde que esteja manifestando seus sentimentos com sinceridade.

2) O Subjetivismo Simples não dá conta do desacordo. Explique com suas palavras, qual é a consequência disso para o conhecimento moral.

O Subjetivismo diz que não podemos exprimir mais do que sentimentos sobre juízos morais, não podemos conhecer o que é moralmente verdadeiro pois duas pessoas podem estar em desacordo nas questões morais, podem ter sentimentos diferentes sobre o mesmo assunto, a ausência do conhecimento moral.

3) Por qual motivo um juízo moral deve ser apoiado em razões, e não em sentimentos subjetivos?

Um juízo moral ou qualquer outro tipo de juízo de valor tem que ser apoiado, em boas razões. Uma verdade empírica é uma verdade obtida em razão. A resposta correta a uma questão moral é simplesmente a resposta que tem ao seu lado. Apesar da falta de verdades são objetivas no sentido em que são verdadeiras independentemente do que possamos querer ou pensar.

Aluna B:

A *aluna B*, de forma idêntica, respondeu as três questões. A semelhança das respostas deve-se ao fato de que liberamos a consulta ao texto. Como podiam consultar o texto, terminaram copiando o que diz o texto. Melhor seria que cada aluno desenvolvesse uma habilidade de escrever os textos com suas próprias palavras, mas precisaríamos de um tempo maior para um treinamento mais completo na produção textual. Após conviver com estes alunos durante um semestre inteiro, é possível conhecer cada um deles, principalmente porque alguns já estão conosco desde o ano passado. Então podemos avaliar a postura do aluno em sala de aula, o interesse deste aluno, a participação nos debates. A prova torna-se apenas um complemento da avaliação, como um documento comprobatório da participação do aluno. Mas em sala de aula, pelo conjunto completo do trabalho da *aluna B*, podemos afirmar que ela desenvolveu a competência esperada.

É possível perceber três formas diferentes de comportamento dos alunos em sala de aula: aqueles que participam ativamente nos debates, mostrando interesse pelos assuntos discutidos, aqueles que possuem uma dificuldade de compreender os conteúdos e objetivos das discussões, e aqueles que são indisciplinados, que se recusam a participar das aulas, não por terem dificuldade, mas por outras razões. Seria necessário um tempo maior para trabalhar todos estes aspectos, tanto os positivos quanto os negativos. A *aluna B* foi participativa o tempo todo, acompanhando os debates, defendendo a sua opinião, fazendo perguntas. A maioria absoluta dos alunos mostraram-se participativos e interessados como a *aluna B*. Os alunos com dificuldade foram poucos, os alunos indisciplinados, em número ainda menor. Esta é razão pela qual tentamos sempre dedicar um tempo para os alunos com dificuldade e também para os indisciplinados, mas sendo eles em menor número, é necessário termos o bom senso de não prejudicar a maior parte dos estudantes para favorecer poucos. É necessário deliberar sobre o desenvolvimento do conjunto total dos alunos e não apenas de uma pequena parte deles.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DOM DIOGO DE SOUZA
Disciplina de Filosofia

Prova sobre o Subjetivismo Ético:

Aluno: _____

Data: 06/05/2014 _____

Turma: 431 _____

5

Questões:

1) O Subjetivismo Simples não dá conta da falibilidade. Explique brevemente, com suas palavras, o que isso significa.

Não somos infalíveis. Às vezes estamos errados e quando descobrimos nossos erros queremos corrigi-los, mas o subjetivismo não permite corrigir, já que não existe o certo e o errado, apenas a minha opinião.

e

2) O Subjetivismo Simples não dá conta do desacordo. Explique com suas palavras, qual é a consequência disso para o conhecimento moral.

Dois pessoas podem discordarem de um assunto. Mas a ausência do conhecimento torna inviável nossa presença em sociedade.

f

3) Por qual motivo um juízo moral deve ser apoiado em razões, e não em sentimentos subjetivos?

A resposta correta é a de maior peso.

x

Aluna M:

A *aluna M* faz parte daquele grupo de alunos que encontrou dificuldade para compreender e acompanhar o desenvolvimento dos nossos trabalhos em sala de aula. Procuramos dar uma atenção especial para esses alunos sem prejudicar os demais, fornecendo, sempre que possível, informações mais detalhadas sobre os assuntos debatidos em sala de aula, utilizando linguagem mais acessível, com atenção especial, individual, colocando endereço de e-mail à disposição para uma orientação por via Internet, se necessário. Em alguns casos obtivemos bons resultados, em outros, nem tanto.

Alguns alunos demonstram dificuldade, que não é uma dificuldade relacionada especificamente com a Filosofia, mas é uma dificuldade mesmo de leitura, interpretação e expressão. São alunos que não dedicam muito tempo à leitura de bons livros, mas esta avaliação pode ser incompleta, pois os problemas que afetam os jovens estudantes podem ter também outras origens, que não sejam exatamente pouca leitura.

No caso da *aluna M*, não podemos deixar de considerar o esforço dela para tentar compreender e acompanhar os trabalhos feitos em sala de aula durante o semestre. Por isso, apesar do desempenho insuficiente que ela demonstrou na prova, não ficou com um conceito de insuficiência.

Relato das aulas ministradas no Estágio III

Tema: O Utilitarismo

Área: Ética

Problema: As consequências são a única coisa que importa para uma avaliação moral?

Objetivo: Desenvolver competência para analisar filosoficamente um problema moral.

Como nos semestres anteriores os quais já foram citados, distribuimos pequenas apostilas aos alunos contendo textos, os quais foram adaptados da obra "*Elementos de Filosofia Moral*, de James Rachels, que serão usados como auxílio didático durante o semestre. Mas esses textos contém apenas fatos da vida real que foram narrados por Rachels. A análise de Rachels nós apenas discutimos com os estudantes. Embora tenhamos colocado na lousa algumas observações importantes

feitas por Rachels, as quais os alunos copiaram, não fornecemos estas observações em forma de texto, por respeito aos direitos autorais. Cada texto tem no rodapé os dizeres: “Adaptado da obra *Elementos de Filosofia Moral* de James Rachels”, por respeito aos direitos autorais.

O Hedonismo e o Utilitarismo:

Segundo Rachels, o Hedonismo é uma ideia muito antiga, até onde sabemos, uma possível herança grega. Os hedonistas defendem o princípio de que a felicidade é o bem último, a razão de ser de todas as outras coisas. Todas as coisas que nos fazem felizes são coisas boas e todas as coisas que nos produzem sofrimento, são coisa más. Com o Hedonismo começou a ideia de consequencialismo. A doutrina das consequências foi absorvida pela tese do Utilitarismo, mas de uma outra forma. Para o Hedonismo as coisas boas são aquelas que produzem felicidade, e para o Utilitarismo, as ações corretas são aquelas que produzem felicidade, e as ações erradas são as que produzem sofrimento:

“A doutrina utilitarista consiste nisto: a felicidade é desejável, e é a única coisa desejável, enquanto finalidade; todas as outras coisas são desejáveis como meios para esse fim”.

MILL, John Stuart. *Utilitarismo* (1861)
(RACHELS, 2004, p. 151)

Diferente das teorias éticas que estudamos nos semestres anteriores, para os utilitaristas a avaliação moral consiste em saber quais são as consequências da ação que se pratica: se vai produzir sofrimento ou felicidade. Como a pretensão utilitarista é apresentar uma base lógica para apoiar a sua teoria, os utilitaristas defendem que se deve avaliar a quantidade de felicidade e quantidade de sofrimento que produzirá a ação, ou seja, das pessoas ou seres afetados pela ação que praticamos, quantos serão felizes e quantos sofrerão por consequência desta ação. Se esta ação fará mais pessoas ou seres felizes, é uma ação correta. Caso a ação produza um sofrimento maior do que felicidade, é uma ação considerada moralmente incorreta.

Direitos dos animais não humanos:

Quando nos referimos a pessoas e seres, estamos falando de seres não humanos, pois os utilitaristas consideram que todos aqueles que são afetados pelas nossas ações devem ser considerados como tendo os mesmos interesses e direitos. No caso de seres não humanos, os utilitaristas querem saber se esses seres podem sofrer. Caso esses seres sejam capazes de sofrer, nossas ações terão consequências sobre eles, então o sofrimento ou a felicidade desses seres também deve interessar na avaliação moral da ação. Este é o caso dos animais irracionais ou animais não humanos. É fato público e notório que animais não humanos são capazes de sofrer. Se podem sofrer, podem também sentir prazer; podem ser felizes:

“Uma vez que tanto os seres humanos como os não humanos podem sofrer, temos iguais razões para não maltratar qualquer deles. Se um ser humano é torturado, porque razão isso é errado? Porque ele sofre. Por analogia, se um ser não humano é torturado, também sofre, e por isso é igualmente errado e pela mesma razão. Para Bentham e Mill, esta linha de raciocínio era decisiva. Humanos e não humanos têm igual direito à consideração moral”.

(RACHELS, 2004, p. 145)

Segundo Rachels a teoria utilitarista defende o princípio de que a crueldade contra animais não humanos é um ato imoral. Como na citação acima é abordada a questão da tortura, para os utilitaristas há muitas formas dos seres humanos torturarem os animais: O esporte da caça, no qual os seres humanos matam animais apenas como um divertimento. A caça aos animais para tirar a pele para confeccionar peças do vestuário, animais que são usados em laboratório para pesquisas científicas com o propósito de produzir medicamentos, animais que são criados com o objetivo de abate para produzir alimentos. Também são consideradas outras formas horríveis de maltratar animais como as touradas e apresentações em circos, grandes aquários, pesca predatória, transporte e comércio de animais raros que são arrancados do seu habitat natural para serem expostos a toda sorte de adversidades e sofrimentos, apenas para dar prazer aos humanos. Fora isso ainda temos diversas questões ambientais, o crescimento desordenado das grandes cidades invadindo áreas de preservação, colocando animais em risco de atropelamentos e morte por choque elétrico em redes de alta tensão.

Todo este sofrimento tem sido causado aos animais pelo comportamento do ser humano, pelo modo de vida dos seres humanos tomados no sentido geral, do consumismo humano, da insensibilidade, da ganância e do lucro fácil. E existe também um aspecto do pensamento humano, o qual é abordado por Rachels, que diz respeito ao fato dos seres humanos até o presente momento da história nunca considerarem que os animais não humanos pudessem ter algum direito a ser respeitado. Filósofos e Teólogos defenderam, ao longo dos séculos, que animais não humanos não teriam nenhum direito, e que esses animais só existem para serem usados pelos humanos conforme a sua conveniência e necessidade, podendo os homens usarem esses animais da forma que bem lhes aprouver:

“O tratamento dos seres não humanos não tem sido tradicionalmente encarado como uma questão moral de grande importância. A tradição cristã afirma que só o ser humano é feito à imagem de Deus e que os meros animais nem mesmo têm alma. Assim, a ordem natural das coisas permite aos seres humanos usar os animais para qualquer propósito que entendam”.
(RACHELS, 2004, p. 143)

Esta foi a maneira de pensar da humanidade durante muito tempo, provavelmente por milhares de anos. Apenas na nossa época estas questões começam a ser estudadas. Faz pouco tempo que pensadores começaram a se ocupar das discussões sobre os direitos dos animais não humanos. De qualquer maneira, acabamos de apresentar novos elementos para debate.

Durante o debate um aluno fez a seguinte observação: “Esta parece ser a melhor teoria ética apresentada até agora, mas não adianta nos apegarmos a ela, pois o professor certamente vai começar a destruí-la como fez com as outras”. Quase no mesmo instante, outro aluno perguntou: “Como é ser um filósofo que não acredita em coisa alguma, que duvida de tudo o tempo todo, que não tem opinião nenhuma sobre coisa alguma, que fica o tempo todo falando segundo esse autor, segundo aquele autor, ou ainda segundo aquele outro...?”

Resposta para as indagações dos alunos apresentadas acima: A neutralidade do filósofo talvez não seja um fato, seja apenas uma pretensão. É realmente muito difícil manter-se neutro o tempo todo. Mas esta pretensão de neutralidade, no caso de um professor de Filosofia, torna-se algo necessário, já que a nossa proposta é auxiliar o

aluno a desenvolver uma autonomia de julgamento através da reflexão. Quanto mais neutro o professor se mantiver, tanto melhor, para não constranger o aluno a aceitar determinada posição que ele, o aluno, não deliberou por si mesmo. Pelo menos durante o debate, o professor deve perseguir esta neutralidade e dar liberdade aos alunos para pensarem livremente sobre os problemas em pauta, e deliberarem sobre as consequências possíveis das respostas a esses problemas. Quando o professor fala: “segundo esse autor... segundo aquele outro autor... segundo esta teoria...” o professor está, na verdade, oferecendo múltiplos subsídios aos alunos para uma ampla reflexão sobre o tema em pauta. Quanto à desconstrução feita em cada teoria apresentada, essa desconstrução torna-se necessária a partir do momento em que se pretende fornecer um treinamento para uma análise crítica. Esta análise crítica é feita geralmente sobre dois aspectos:

- 1) Dos argumentos em defesa da teoria, se eles são ou não consistentes, e:
- 2) Dos argumentos formados para a objeção à teoria, se esses são ou não consistentes.

Na continuação do debate, um aluno fez a seguinte observação: “Criticar o uso de animais para experiências em laboratório com a finalidade de produzir medicamentos não seria uma hipocrisia, já que os mesmos que criticam podem precisar desses medicamentos cuja produção estão criticando?”

Resposta fornecida para a indagação acima: Segundo Rachels, as opiniões dos utilitaristas se dividem quanto a este aspecto. Consideram alguns filósofos utilitaristas que, na avaliação do sofrimento, convém observar que há certos sofrimentos humanos que não são compartilhados por animais não humanos. Tratar a consideração de interesses de animais humanos e não humanos de forma igual na questão de sofrimento e felicidade, não significa dizer que animais humanos e não humanos sejam iguais em tudo. Os animais não humanos não são capazes de operar conhecimentos da Matemática, não podem apreciar literatura, e por não serem racionais, não podem sofrer antecipadamente como os humanos, por exemplo, ao saberem que são portadores de uma doença incurável, que pela racionalidade podem prever o triste desenlace que se aproxima. Rachels demonstra que, dentro da lógica utilitarista, é possível perceber que há certos tipos de sofrimentos que possuem diferentes graus de

intensidade, comparando as mesmas situações entre animais humanos e não humanos. Por isso pode ser imoral utilizar seres racionais em determinadas experiências de laboratório, como também seria imoral não fazer estas experiências, já que elas podem salvar milhares de vidas humanas, assim como também as vidas de outros animais não humanos.

O que normalmente os utilitaristas menos radicais (que não desejam ser hipócritas criticando experiências das quais podem também beneficiar-se), querem saber é:

“Há algures um ganho compensatório em felicidade que o justifique? Está-se prevenindo uma infelicidade maior, para outros animais ou para os seres humanos? Se não, a experiência não é moralmente aceitável”. Podemos fazer notar que este tipo de argumento não implica que todas as experiências deste gênero são imorais – sugere que se avalie cada uma individualmente, segundo os seus próprios méritos”.

(RACHELS, 2004, p. 147)

Como Rachels acaba de demonstrar, nem todos os utilitaristas podem ser considerados radicais ou hipócritas, e a teoria utilitarista sempre busca uma base lógica ao defender seus princípios. Entretanto, há objeções e elas serão analisadas na continuação do semestre.

Bioética: Dilema e deliberação:

Os alunos leram a história de Jodie e Mary, uma narrativa de um fato da vida real ocorrido em agosto de 2000, no Hospital St. Mary, em Manchester, Inglaterra. Esta narrativa encontra-se na página 19 da obra *Elementos de Filosofia Moral* de James Rachels. Um casal vindo de Gozo, uma ilha próxima a Malta, foram para a Inglaterra em busca de melhores recursos médicos para lidar com um parto complicado, pois já sabiam que a mulher estava grávida de gêmeos siameses. Nasceram as duas meninas, Jodie e Mary, ligadas pelo baixo abdômen, com as duas colunas vertebrais fundidas, um único coração e um único par de pulmões. A mais forte das duas irmãs, a Jodie, fornecia sangue para a irmã, Mary.

Os médicos afirmaram que sem a cirurgia, Jodie e Mary morreriam em seis meses. Se a cirurgia fosse realizada, uma das duas morreria e a que sobrevivesse, teria chance de uma vida contínua. Os pais não aceitaram a cirurgia, pois eram

religiosos e estavam convictos de que a intervenção seria um crime, pois acabaria com a vida de uma das duas. Defendendo o princípio da santidade da vida, disseram que o caso deveria ser entregue nas mãos de Deus, e se fosse a vontade de Deus que ambas morressem, que assim fosse.

Mas os médicos não aceitaram esta decisão. Entraram com uma ação na justiça para fazer a cirurgia contra a vontade dos pais. O Judiciário concedeu a permissão que os médicos pediram, e no dia 6 de novembro de 2000, a intervenção cirúrgica foi realizada. Como já era esperado, Jodie sobreviveu e Mary morreu. (Este texto foi adaptado da obra *Elementos de Filosofia Moral*, de James Rachels, páginas 19, 20, 21 e 22. Editora Gradiva. Lisboa, 2004)

Fornecemos mais elementos para debate, desta vez um debate envolvendo um dilema de Bioética. Antes do início do debate, colocamos na lousa a definição de *Bioética*:

“Bioética: (grego: bios + ethos, relativo à ética) é o estudo trans disciplinar entre Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Filosofia (Ética) e Direito (Biodireito) que investiga as condições necessárias para uma administração responsável da vida humana, animal e responsabilidade ambiental. Considera, portanto, questões onde não existe consenso moral como a fertilização *in vitro*, o aborto, a clonagem, a eutanásia, os transgênicos e as pesquisas com células tronco, bem como a responsabilidade moral de cientistas em suas pesquisas e aplicações”.

Disponível em: Wikipédia, a Enciclopédia Livre.

Pt.wikipedia.org/wiki/Bioética Acessado em 22/09/2014 às 21,00 hs.

Durante o debate alguns alunos disseram que os pais das gêmeas siamesas deveriam ter o direito de decidirem pelas filhas, no que se refere à cirurgia, que esta decisão caberia somente aos pais e nunca aos médicos ou ao judiciário. A maioria dos alunos entretanto, defendeu a posição dos médicos de que a intervenção cirúrgica deveria ser feita de qualquer maneira, mesmo sem o consentimento dos pais. Um aluno fez a seguinte observação: “Caso a cirurgia não tivesse sido feita, ambas as meninas morreriam. Mas se os médicos disseram que haveria a possibilidade de salvar uma delas com o procedimento cirúrgico, a não realização do procedimento não estaria igualmente ceifando uma vida humana? Isso não seria o mesmo que assassinato por omissão?”

Esta última observação nos parece ser uma boa deliberação do aluno. Segundo esse aluno, a Mary não poderia ser vítima de um crime, como alegaram os pais das meninas, já que ela estava condenada à morte de qualquer maneira, pois não tinha condições de sobreviver, por falta de um coração e um par de pulmões. Mas a Jodie, na visão do nosso aluno, esta sim poderia ser considerada vítima de um crime, caso a cirurgia não fosse realizada, já que ela teria chances de sobrevivência com o procedimento. Então, se o juiz Walker decidisse pela não realização do ato cirúrgico, estaria condenando a menina Jodie à morte. Este pode ter sido o raciocínio do juiz Walker, ao tomar a decisão de autorizar a intervenção cirúrgica.

Outro aluno fez a seguinte observação: “O princípio da santidade da vida humana poderia ser aplicado somente à menina que morreria, ou também poderia ser aplicado à menina que não morreria, no caso a Jodie?”

Esta observação parece muito interessante, pois para esse aluno, o princípio da santidade da vida humana deveria dar conta, não apenas da menina que morreria por causa do ato cirúrgico, mas também da que morreria por causa da não realização do ato cirúrgico. Em outras palavras, não permitir que essa menina sobreviva, também não seria igualmente um atentado contra o princípio da santidade da vida humana?

Segundo os utilitaristas, o juiz Walker tomou a decisão correta ao autorizar a cirurgia. Para o Utilitarismo, deve-se salvar sempre o maior número possível de vidas, e neste caso, trata-se de uma vida: a menina Jodie, que teria morrido se o procedimento não fosse realizado.

Quanto às observações dos alunos que defenderam o direito dos pais das gêmeas de decidirem sobre as vidas das filhas, convém observar que esses pais não estariam decidindo com quem suas filhas iriam brincar, que escola frequentariam, ou que roupa usariam. A decisão seria bem mais séria do que tudo isso: estariam decidindo pela morte de Jodie. Segundo os pais, Jodie deveria morrer porque eles acreditavam que Deus tinha tomado esta decisão: Jodie deveria morrer e ponto. Mas de que forma os pais das meninas poderiam demonstrar que Deus tomou essa decisão? Ou ainda: quem decidiu que Jodie deveria morrer, Deus ou os pais dela?

A verdade é que o juiz Walker não teria como saber se de fato Deus tinha decidido que Jodie deveria morrer. A única informação que o juiz Walker tinha era que

esta era a decisão dos pais das meninas e não de Deus. Então ele decidiu autorizar a cirurgia que salvaria a vida de Jodie, já que a Mary não tinha mais esperança. Segundo o juiz Walker, a menina Mary não morreria por consequência do ato cirúrgico, mas por consequência de sua condição: não possuía um coração, nem pulmões. Em outras palavras, Mary estava já condenada à morte, independente do que quer que o juiz Walker decidisse. Se ela estava condenada à morte, o juiz Walker só poderia decidir algo sobre a vida da irmã, Jodie. Estava nas mãos do juiz a decisão: se Jodie deveria viver ou morrer. Decidiu que ela viveria.

Nesta altura do debate um aluno fez a seguinte observação: “Será que o juiz Walker poderia realmente dizer que a menina Mary morreu por causa da sua debilidade, sendo que os médicos, através da cirurgia decidiram cortar o fornecimento de sangue e oxigênio para Mary (sem poder mais usar os pulmões e o coração de Jodie), isso não seria de fato um assassinato premeditado?”

Esta observação nos parece muito importante. Rachels aborda este assunto na página 22 quando ele apresenta uma objeção ao argumento da santidade da vida. Segundo Rachels, o argumento da santidade da vida não deveria ser tão radical, pois em algumas circunstâncias raras poderíamos admitir que assassinar pessoas inocentes poderia não ser algo moralmente errado:

“Podemos responder que não é sempre errado matar seres humanos inocentes. Em situações raras pode mesmo ser correto. Em particular se: a) O ser humano inocente pode não ter um futuro por estar condenado a morrer em breve independentemente do que façamos; b) o ser humano inocente não quer continuar vivendo, talvez por estar tão pouco desenvolvido mentalmente que não pode ter desejos; e c) Se matar o ser humano inocente permitir salvar a vida de outros, que podem desenvolver-se e ter uma vida plena.

(RACHELS, 2004, p.22)

Rachels admitiu que o argumento do juiz pode parecer sofisticado, mas talvez se não houvesse tanto radicalismo por parte daqueles que defendem o argumento da santidade da vida, o juiz Walker poderia se permitir dizer algo como: “Sim assassinamos a menina Mary, mas isso foi necessário”. Talvez essa tenha sido uma

das missões da obra do Prof. James Rachels: Demonstrar que o pensamento humano poderia transitar por linhas mais flexíveis.

Análise dos limites lógicos do Utilitarismo.

A demonstração da insuficiência da felicidade como instrumento de avaliação moral:

Segundo Rachels, o primeiro problema com as consequências ocorre quando o agente moral, por aceitar a teoria utilitarista, tem que aceitar que a felicidade é o bem último e que todas as coisas que são consideradas boas, são avaliadas como boas apenas porque nos tornam felizes. Então o agente moral tem que recusar que algumas coisas como a amizade, a fidelidade, tenham valor por elas mesmas, pois segundo a teoria utilitarista, essas coisas só têm valor se nos fazem felizes. Então vamos supor que um agente moral tenha um amigo que demonstre ser seu amigo quando está presente, mas que na sua ausência fala mal dele e o ridiculariza. Desde que o agente moral não fique sabendo que o seu amigo, é na verdade, um falso amigo, os utilitaristas terão que dizer que não houve nada de imoral no comportamento deste falso amigo, já que não produziu nenhum sofrimento, uma vez que o agente moral não sabe que está sendo traído pelo amigo. Se não sabe, não sofre. Isso nos remete à seguinte pergunta: a amizade é um bem que tem valor por si mesmo? O fato de um amigo ser um verdadeiro amigo ou o fato desse amigo nos trair não faria nenhuma diferença significativa na vida de cada um de nós?

Segundo Rachels, quando o Utilitarismo Clássico é influenciado pelo Hedonismo no que se refere à teoria das consequências, termina cometendo o erro de “*voltar as coisas ao contrário*”, pois se entendemos que a amizade é um bem que tem valor por si mesma, e ter um verdadeiro amigo, que nós é fiel é um bem que nos traz felicidade, podemos dizer que a felicidade é um resultado produzido pelo bem da amizade, que vale por si mesma, e não que a amizade é algo que não possui nenhum valor, supondo, (como pretendem os hedonistas) que o único valor da amizade seria a felicidade que causa:

“Assim, o Hedonismo engana-se quanto à natureza da felicidade. A felicidade não é reconhecida como boa e procurada por si sendo as outras coisas desejadas apenas como

meios para a sua realização. Ao invés, a felicidade é uma resposta que damos à obtenção de coisas que reconhecemos que são boas, independentemente e por direito próprio".
(RACHELS, 2004, p.154)

Alguns utilitaristas tentam demonstrar que o Hedonismo não faz parte da teoria utilitarista, pois a pergunta hedonista é: "*Que coisas são boas?*" e a pergunta utilitarista é: "*Que ações são corretas?*" Mas Rachels comenta que os utilitaristas respondem a segunda pergunta da mesma forma que a primeira: "*Que a felicidade é desejável, e a única coisa desejável, enquanto finalidade; todas as outras coisas são desejáveis como meios para esse fim*".

Durante o debate que se seguiu, um aluno fez a seguinte observação: "Se um motociclista sofre um acidente de moto e por consequência desse acidente torna-se cadeirante, poderíamos dizer que ele ainda pode ser feliz mesmo na condição de cadeirante?"

Esta parece ser uma boa observação. Demonstra que esse aluno começou a perceber o significado da primeira objeção ao Utilitarismo. O fato de ele ter se tornado um cadeirante o impede de fazer muitas coisas que antes podia fazer: agora não pode mais jogar bola, não pode mais correr, não pode mais ter aquela liberdade de movimentos que possuía antes do acidente. Como a condição de cadeirante é algo definitivo, podemos dizer que isso é uma tragédia na vida dele, independente de como ele se sente: se feliz ou infeliz. Se ele se sentir infeliz por estar assim preso a uma cadeira de rodas, não podemos eliminar o triste fato da limitação tentando fazer com que ele se alegre. Mais uma vez Rachels está demonstrando que a felicidade ou infelicidade, podem ser respostas racionais a determinadas situações, e que esses sentimentos de felicidade ou infelicidade não podem mudar a natureza da situação na qual nos encontramos. Rachels narra um fato similar na página 153, descrevendo a história de uma pianista que sofreu um acidente no qual perdeu parte dos movimentos das mãos, ficando impossibilitada de tocar piano definitivamente.

Análise das consequências como instrumento de avaliação moral:

Um bando de nove bandidos resolveram atacar e violentar uma senhora indefesa que estava se deslocando para casa após um dia de trabalho duro para sustentar a família. Eles usaram esta senhora honesta para o seu divertimento. Eles insultaram, humilharam, agrediram essa senhora, e praticaram violência sexual contra ela até cansarem. Quando cansaram, foram embora abandonando-a ferida, caída no chão.

Vamos chamar essa senhora de *senhora E*. Nenhum de nós pode realmente avaliar como foi o sofrimento da *senhora E*. O que ela sofreu, somente ela sabe, ou alguém que tenha passado por uma situação parecida.

A pergunta é: Os utilitaristas poderiam dizer que o que os nove bandidos fizeram foi moralmente errado? O que os bandidos fizeram trouxe para eles muita alegria e felicidade, embora tenha causado um grande sofrimento para a *senhora E*.

A narrativa é de um fato da vida real apresentado por um documentário famoso, mas estamos preservando a identidade dessa senhora, chamando-a apenas de *senhora E*.

Em termos utilitaristas, podemos dizer que a ação dos bandidos produziu mais felicidade do que sofrimento, pois tornou nove pessoas felizes e apenas uma infeliz. Sendo que o Utilitarismo defende o princípio da igual consideração de interesses de todas as pessoas envolvidas na ação, não poderíamos afirmar que o sofrimento da *senhora E* tem algum status especial com relação à felicidade das outras nove pessoas envolvidas no ato. Percebe-se que a consequência de se aceitar uma teoria utilitarista pode implicar impunidade para os nove bandidos felizes da narrativa acima.

Durante o debate que se seguiu, um aluno fez a seguinte observação: “O que esses bandidos fizeram foi um crime hediondo, mesmo que isso tenha proporcionado felicidade a eles”.

Pensamos que esta foi uma intervenção brilhante desse aluno. O fato de uma determinada coisa produzir felicidade, não significa necessariamente que esta coisa seja boa. O fato de uma ação produzir felicidade não significa que esta ação seja moralmente correta. Não podemos avaliar uma ação como moralmente correta apenas porque esta ação produziu uma grande quantidade de felicidade para um grande número de pessoas. Este é um argumento forte contra os princípios do Utilitarismo.

Outro aluno fez esta observação: “A *Senhora E* é um ser humano, uma pessoa de bem que teve os seus direitos violados. Esses bandidos teriam que pagar pelo que fizeram”.

Mais uma observação brilhante. Esse aluno chegou ao ponto: Segundo Rachels, o Utilitarismo não dá conta dos direitos individuais:

“A moral da história a retirar desse argumento é que o Utilitarismo está em conflito com a ideia de que as pessoas têm direitos que não podem ser espezinhados apenas porque alguém antecipa bons resultados”.
(RACHELS, 2004, p. 158)

Rachels defende que a noção de direito individual não é uma noção utilitarista. Mas é evidente que nenhum ser racional estaria disposto a abrir mão de seus direitos individuais. O Utilitarismo foi apresentado como uma teoria de grande valor na defesa dos direitos dos animais não humanos, e também na apresentação de uma resposta lógica na questão de dilemas da Bioética, mas é vulnerável a objeções como esta que acaba de ser demonstrada.

Como aplicaremos logo uma avaliação, usamos um tempo em sala de aula para recapitulação de tudo o que foi estudado até aqui, não apenas neste semestre, mas também nos anteriores. Um momento para esclarecer dúvidas que permaneceram, discutir pontos que ficaram ainda obscuros.

A prova é composta por uma breve introdução à teoria clássica do Utilitarismo, na visão de Bentham e Mill, seguida de uma narrativa de um fato da vida real contemporânea, o qual gerou um problema moral. Este problema moral é apresentado no final da narrativa sob a forma de uma pergunta. As quatro questões da prova são quatro respostas diferentes para esta mesma pergunta, cada resposta fornecida por uma teoria ética diferente:

Avaliação – 2º semestre de 2014

A abordagem utilitarista.

Nome: _____

Turma e data: _____

O Utilitarismo clássico, a teoria de Bentham e Mill, pode ser resumido em três proposições: Primeiro, deve-se julgar que as ações são moralmente certas ou erradas somente em função de suas consequências. Nada mais importa. Segundo, ao avaliar as consequências, a única coisa que interessa é a quantidade de felicidade ou infelicidade criada. Tudo o mais é relevante. Terceira: a felicidade de cada pessoa conta da mesma maneira.

Assim, as ações corretas são as que produzem o maior equilíbrio possível de felicidade e infelicidade de cada pessoa contabilizada como igualmente importante.

Em outubro de 1958, a queixosa (Angelynn York) dirigiu-se ao Departamento de Polícia de Chino para apresentar queixa de uma agressão que sofrera. O acusado, Ron Story, agindo ao abrigo da sua autoridade, informou a queixosa de que era necessário tirar-lhe fotografias. Story levou a então queixosa para uma sala da delegacia, fechou a porta e ordenou-lhe que se despir, o que ela fez. Story tirou fotos da moça nua, alegando que as fotos eram necessárias para a investigação das agressões que sofrera, pois nas fotos, supostamente seriam mostradas lesões corporais.

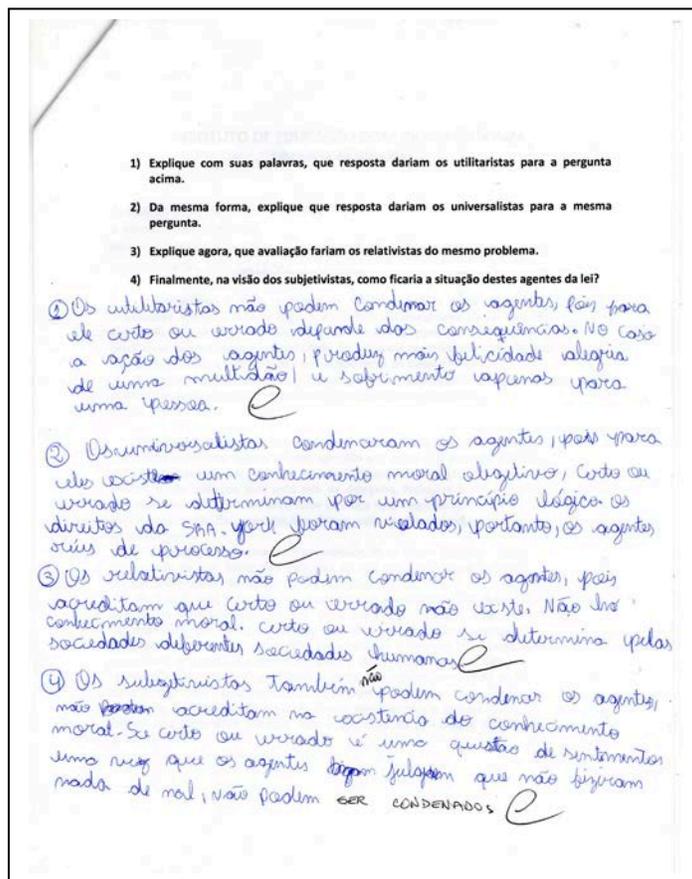
A queixosa protestou contra a necessidade de se despir. Declarou a Story que não havia necessidade de tirar fotografias dela nua, ou nas posições em que foi mandada colocar-se, porque as contusões não seriam visíveis nas fotos.

No final do mês, Story informou a queixosa de que suas fotos não tinham sido divulgadas e que ele as tinha destruído. Em vez disso, Story fez circular as fotos entre o pessoal do Departamento de Polícia de Chino. Em abril de 1960, dois outros agentes daquele departamento de polícia, os acusados Louis Moreno e Henry Grote, agindo ao abrigo da sua autoridade, e usando o material fotográfico da Polícia situado na delegacia, fizeram mais reproduções das fotos feitas por Story, e essas fotos foram distribuídas a perder de vista.

A Sra. York moveu um processo contra estes agentes e ganhou. Os seus direitos legais tinham sido claramente violados. Mas o que dizer da moralidade do comportamento dos agentes? (Adaptado da obra *Elementos de Filosofia Moral*, de James Rachels, pág.157)

- 1) Explique com suas palavras, que resposta dariam os utilitaristas para a pergunta acima.**
- 2) Da mesma forma, explique que resposta dariam os universalistas para a mesma pergunta.**
- 3) Explique agora, que avaliação fariam os relativistas do mesmo problema.**
- 4) Finalmente, na visão dos subjetivistas, como ficaria a situação destes agentes da lei?**

5.1.3.5 Exemplos de respostas fornecidas pelos alunos:



Aluna F:

A *aluna F* já demonstrou um ótimo desempenho no semestre passado, na análise do Subjetivismo Ético. Neste semestre melhorou bastante o comportamento dela. Esta bem menos dispersa, mais atenta, mais participativa.

Compreendemos que ela forneceu a resposta para a questão número um, uma vez que os utilitaristas não podem condenar os agentes por causa das consequências. As consequências para a Sra. York foram muito ruins, ela foi muito prejudicada, foi humilhada e desrespeitada por um grupo de indivíduos que, mesmo sendo agentes da lei, tiveram um comportamento completamente imoral e criminoso. Mas fizeram algo que causou a eles, num primeiro momento, grande prazer e felicidade, levando em conta o estado doentio e miserável desses indivíduos.

A *aluna F* observou que, segundo a teoria utilitarista, todas as pessoas envolvidas na ação devem ter igual consideração de interesses, razão pela qual o

sofrimento da Sra. York não teria nenhum privilégio sobre a alegria de todos os homens do departamento de polícia que se divertiram com as fotos dela. A ação hedionda dos agentes proporcionou para eles uma grande felicidade. O saldo final da ação resulta felicidade para vários indivíduos e sofrimento para apenas uma pessoa. Assim, não há elementos na teoria utilitarista para condenar esses agentes.

Na segunda questão ela também forneceu a resposta, pois demonstrou que compreendeu bem o pensamento dos universalistas. O Universalismo defende um princípio ético universal, estabelecido para todos os seres humanos, independente de etnia, nacionalidade, sexo, idade, condição social. O Universalismo opõe-se a teses como o Relativismo e o Subjetivismo, pois os universalistas defendem um conhecimento moral objetivo, estabelecido por princípios apoiados na lógica das razões:

“Uma verdade em ética é uma conclusão apoiada por razões: a resposta correta a uma questão moral é simplesmente a resposta que tem ao seu lado o peso da razão. Tais verdades são objetivas no sentido em que são verdadeiras independentemente do que possamos querer ou pensar...A razão diz o que diz, alheia às nossas opiniões e desejos”.
(RACHELS, 2004, p.67)

Sendo assim, os universalistas condenariam os agentes, pois tiveram uma atitude imoral, e a imoralidade do ato deles pode ser estabelecida pelo princípio da razão. Nenhum ser racional, no exercício de suas plenas faculdades mentais, vai dizer que a atitude dos agentes não foi um ato imoral, totalmente perverso, passível de perda de liberdade.

Na terceira questão ela também forneceu a resposta, pois os relativistas acreditam que não existe conhecimento moral, que certo e errado é uma questão de regras estabelecidas pelas diferentes sociedades humanas, cada sociedade com suas próprias regras. Para os relativistas, certo e errado é uma questão de regras sociais (tese sociológica). Então, dependendo do lugar onde ocorreu a ação, dependendo da sociedade onde estão inseridos, os agentes podem ser condenados ou não.

Na quarta questão entendemos que a *aluna F* também respondeu corretamente, pois os subjetivistas não acreditam em conhecimento moral. Se certo ou errado é

apenas uma questão de sentimentos subjetivos de cada indivíduo envolvido na ação, e se os agentes da narrativa acreditam que não fizeram nada de mal em divertir-se com as fotos da Sra. York nua, os subjetivistas não podem condená-los, pois terão que dizer que os agentes e a Sra. York estão apenas falando de assuntos diferentes, não há controvérsia entre eles, e cada um deles não pode fazer outra coisa a não ser falar de como se sente em relação ao ato praticado.

- 1) Explique com suas palavras, que resposta dariam os utilitaristas para a pergunta acima.
- 2) Da mesma forma, explique que resposta dariam os universalistas para a mesma pergunta.
- 3) Explique agora, que avaliação fariam os relativistas do mesmo problema.
- 4) Finalmente, na visão dos subjetivistas, como ficaria a situação destes agentes da lei?

1) Os utilitaristas não podem condenar os agentes, pois para eles certo e errado depende das consequências do caso, a ação dos agentes produziu mais felicidade (Ninguém de uma multidão) e sofrimento apenas para uma pessoa.

2) Os universalistas condenariam os agentes, pois para eles existe um conhecimento moral objetivo, certo e errado se determinam por um princípio lógico. Os Direitos da SRA. York foram violados, portanto, os agentes são réus de processo.

3) Os Relativistas não podem condenar os agentes pois acreditam que certo e errado não existe. Não há conhecimento moral.

4) Os subjetivistas também não podem condenar os agentes pois não acreditam na existência de conhecimento moral. Se certo e errado é uma questão de sentimentos subjetivos, uma vez que os agentes julgaram que não fizeram nada de mal, não podem ser condenados.

Aluna B:

A *aluna B* forneceu a resposta correta para a questão número um, demonstrando que compreendeu bem o princípio do Utilitarismo Clássico, na visão de Bentham e Mill, que defende a avaliação moral pelas consequências. Se uma ação pode ser considerada correta por produzir mais felicidade e menos sofrimento, os utilitaristas não podem condenar os agentes, uma vez que praticaram uma ação que gerou felicidade para muitos, e sofrimento para apenas uma pessoa: a Sra. York. Sendo que o princípio utilitarista é igual consideração de interesses, a Sra. York não pode ter nenhum privilégio, o que leva à impunidade dos agentes.

Ela também respondeu bem a segunda questão, demonstrando ter compreendido bem a teoria universalista.

Na questão três, em linhas gerais ela forneceu a resposta, mas parece uma resposta incompleta, já que faltou o princípio de avaliação moral. Este princípio de avaliação moral foi muito debatido durante as aulas e na última aula que antecedeu a prova, assim como no dia da prova, foi explicado que as respostas teriam que ser completas, e que deveria ser fornecido o critério de avaliação moral de cada tese como justificativa para a resposta da tese ao problema apresentado na prova. Não basta dizer que os relativistas não acreditam no conhecimento moral, teria que explicar qual o critério de determinação da noção de certo e errado, que no caso do Relativismo, define-se por regras sociais. Segundo os relativistas o que uma sociedade determina, é o que deve ser considerado certo ou errado. Compreendendo que esta noção de certo e errado varia de sociedade para sociedade, não há, para os relativistas um juízo moral objetivo.

Já na questão quatro, ela forneceu a resposta completa, pois além de dizer que Subjetivismo Ético não aceita a existência de juízo moral, também explica que o critério do Subjetivismo é que não podemos falar de um juízo moral. Quando pensamos que estamos falando de um juízo moral, estamos na verdade falando apenas de como nos sentimos em relação ao algo do qual falamos. Os nossos sentimentos subjetivos é tudo o que podemos expressar.

A *aluna B* também é uma ótima aluna, muito participativa, atenta em todos os debates, aproveitando bem cada minuto dentro da sala de aula, dando uma boa

contribuição aos seus colegas nas intervenções que faz nas discussões. Também toma notas de detalhes importantes, sendo ou não solicitada.

É possível dizer que ela já desenvolveu a competência esperada.

→1) Explique com suas palavras, que resposta dariam os utilitaristas para a pergunta acima.

2) Da mesma forma, explique que resposta dariam os universalistas para a mesma pergunta.

3) Explique agora, que avaliação fariam os relativistas do mesmo problema.

4) Finalmente, na visão dos subjetivistas, como ficaria a situação destes agentes da lei?

Na vida eles não teriam como julgar pois trouxe muito mais felicidade do que tristeza e sofrimento a multidão.

3) Eles chegaram em um debate sobre as fotos tiradas, pela senhora contra a sua permissão e espalhadas por todos os lados.

2) Que os direitos da senhora foi violados e eles tem que pagar por esses violamentos.

4) A tese diria que não tem como dizer que eles estão certos ou errados pois os subjetivistas tem sua opinião própria além de mais isso está trazendo felicidade para alguns e a outras pessoas tristeza e raiva.

Aluna N:

A *aluna N* também foi ótima aluna, muito atenta, muito participativa, mas não foi bem na prova. Não pode ter conceito de insuficiência, pois na avaliação, consideramos o desempenho total do aluno: participação em sala de aula, pontualidade, assiduidade, interação com colegas, objetividade nas questões relacionadas ao debate, e a prova escrita.

No que se refere à prova, na primeira questão ela forneceu a resposta, pois explica que os utilitaristas não poderiam condenar os agentes, e expõe a razão pela qual isso acontece: o critério de avaliação moral dos utilitaristas baseia-se na consequência. O ato em questão gerou mais felicidade do que sofrimento.

Na segunda questão ela forneceu a resposta, embora tenha economizado palavras, mas demonstra ter compreendido o critério de avaliação do Universalismo, quando ela diz que os agentes, segundo os universalistas, teriam que pagar por terem violado os direitos da Sra. York. Para os Universalistas os direitos individuais existem, e isso foi demonstrado em sala de aula, foi posto na lousa e debatido. A *aluna N*, ao fornecer esta resposta, demonstra ter compreendido a natureza da avaliação moral do Universalismo, embora tenha dificuldade de expressar isso por palavras escritas.

Na terceira questão, infelizmente ela parece não ter entendido bem o que foi pedido. Se não pode compreender a pergunta, não pode fornecer a resposta. Alguns alunos demonstraram grande facilidade na aprendizagem do método filosófico. Outros tiveram dificuldade. Outros, no entanto, possuem uma dificuldade geral, não especificamente relacionada à Filosofia, talvez por não terem o hábito da leitura de bons livros, têm dificuldade de interpretar textos e expressar-se através da escrita.

Na quarta questão ela também não conseguiu uma resposta satisfatória. Apresentou uma resposta confusa, sem conexão com o pensamento subjetivista. Enquanto não expressou corretamente o critério de avaliação moral do Subjetivismo, ela ainda faz uma confusão do Subjetivismo com o Utilitarismo ao mencionar o critério de consequências na resposta subjetivista, sendo que o critério de consequências pertence ao Utilitarismo, e não ao Subjetivismo.

- 1) Explique com suas palavras, que resposta dariam os utilitaristas para a pergunta acima.
- 2) Da mesma forma, explique que resposta dariam os universalistas para a mesma pergunta.
- 3) Explique agora, que avaliação fariam os relativistas do mesmo problema.
- 4) Finalmente, na visão dos subjetivistas, como ficaria a situação destes agentes da lei?

1) Os UTILITARISTAS NÃO PODEM CONDENAR OS AGENTES, POIS PARA ELLES CERTO E ERRADO DEPENDE DAS CONSEQUÊNCIAS. NO CASO, MAS OS AGENTES PRODUZIU MAIS FELICIDADE (ALEGRIA DE UMA MULTIDÃO) E SOFIMENTO APENAS PARA UMA PESSOA.

2) Os UNIVERSALISTAS CONDENARIAM OS AGENTES, POIS PARA ELLES EXISTEM UM CONHECIMENTO MORAL OBJETIVO, CERTO E ERRADO SE DETERMINAM POR UM PRINCÍPIO LÓGICO. OS DIREITOS DA SRA. YORK SÃO VIOLADOS, PORTANTO, OS AGENTES SÃO RÉUS DE PROCESSO.

3) Os RELATIVISTAS NÃO PODEM CONDENAR OS AGENTES, POIS ACREDITAM QUE CERTO E ERRADO NÃO EXISTE. NÃO HÁ CONHECIMENTO MORAL. CERTO E ERRADO SE DETERMINA PELAS DIFERENTES SOCIEDADES HUMANAS.

4) Os SUBJETIVISTAS TAMBÉM NÃO PODEM CONDENAR OS AGENTES, POIS NÃO ACREDITAM NA EXISTÊNCIA DO CONHECIMENTO MORAL. SE CERTO E ERRADO É UMA QUESTÃO DE SENTIMENTOS SUBJETIVOS, UMA VEZ QUE OS AGENTES JULGUEM QUE NÃO FIZERAM NADA DE MAL, NÃO PODEM SER CONDENADOS.

Aluna L:

A *aluna L* obteve ótimo resultado na prova, conseguiu responder bem todas as quatro questões, ela escreve bem, se expressa bem também verbalmente, uma das melhores alunas na turma dela. As respostas dela são completas, ela explica o motivo pelo qual está respondendo desta forma, demonstra ter se apropriado de todos os conhecimentos transmitidos, e também demonstra ter desenvolvido a competência desejada, a competência na qual estamos trabalhando com os alunos durante esses três semestres de estágio nesta escola: ser capaz de analisar problemas filosóficos, teorias filosóficas, fornecer respostas para problemas éticos, interpretar de forma significativa textos filosóficos, fazer uma leitura filosófica de textos não filosóficos, fazer análise lógica de argumentos, identificando a inconsistência desses argumentos, quando houver.

6 Conclusão:

Há um objetivo geral do estágio, a saber, que é auxiliar aos alunos a desenvolver uma habilidade reflexiva, com vistas a analisar diferentes tipos de problemas éticos. Visa também facilitar aos estudantes o desenvolvimento de uma capacidade para julgar de forma autônoma argumentos e discursos, e competência para a leitura e interpretação de textos filosóficos e não filosóficos, tomando posição e defendendo argumentativamente esta posição, mas mudando o ponto de vista quando apresentados argumentos melhores em refutação à posição defendida.

O tema escolhido para atingir este objetivo foi a *Ética*. Duas foram as razões que nos levaram a escolher a *Ética* como tema do estágio: a primeira delas é, como já foi mencionado no capítulo teórico, a necessidade da *Ética* na formação de jovens estudantes, como uma forma de preparação para o exercício da cidadania. A segunda razão é que a *Ética* trata de problemas atuais e presentes na vida de jovens estudantes. Por esta razão, a *Ética* serve muito bem ao propósito que já foi mencionado no Capítulo Teórico, o de auxiliar aos alunos a pensar por si, de forma autônoma, para que possam construir, eles mesmos, o seu conhecimento, através da

sua própria deliberação. Este aspecto positivo foi observado ao longo do estágio, durante os debates em sala de aula. Os estudantes, na sua maioria, mostraram-se bastante empolgados ao debater problemas atuais, que fazem parte do cotidiano de suas vidas, e aplicar o método filosófico na avaliação desses e na busca pelas respostas. Observamos que o tema Ética é do interesse dos alunos, que nos debates eles costumam trazer exemplos de fatos com os quais conviveram.

Como foi abordado no Capítulo Teórico, o ensino da Filosofia pode fornecer às pessoas subsídios para a formação de consciências críticas, com mais competência para analisar discursos argumentativos e procedimentos, e maior capacidade para deliberar sobre consequências. A Filosofia trabalha com estes propósitos através da análise metódica e crítica que faz dos argumentos utilizados na estrutura do discurso, seja ele escrito ou falado.

Para cumprir os objetivos citados acima, além dos conteúdos já expostos no parágrafo anterior, utilizamos também uma metodologia orientada a partir do pensamento de Desidério Murcho como foi mencionado no Capítulo Teórico. Segundo Murcho é importante estimular os alunos a pensarem por si, e foi por esse motivo que em nossas aulas fizemos uso de debates, pois os debates em sala de aula, a provocação direta ao aluno no debate, pode ser uma forma de estimular o estudante a pensar por si mesmo nos problemas, teorias e argumentos da Filosofia.

Envolver os alunos nesses debates não foi muito fácil no início do estágio, mas na medida em que eles começaram a participar, no começo de uma forma um pouco tímida, vacilando, mas depois, foram aos poucos se ambientando e se desenvolvendo, para atingirem desenvoltura e capacidade argumentativa, já no final do primeiro semestre do estágio. Aqueles que estiveram conosco desde o primeiro semestre do estágio até o último, fizeram um progresso considerável na elaboração de seus próprios argumentos.

Além do estímulo fornecido pelos debates em sala de aula, ainda é importante, que ao ministrar o ensino sobre a ética o professor ofereça ao aluno uma possibilidade de transitar por diversas teorias éticas, aprendendo a analisar, não apenas os argumentos construídos para as defesas das teorias, mas também os argumentos construídos para as objeções.

Observamos que, após o ensino, os estudantes desenvolveram uma boa compreensão sobre cada uma das teorias éticas estudadas, na medida em que eles aprenderam a aplicar estas teorias a casos reais, como foi o caso na última prova, quando foi feita uma pergunta e foi pedido aos alunos que apresentassem quatro respostas diferentes para a mesma pergunta, cada resposta fornecida por uma teoria ética diferente.

Fazendo uma análise das quatro provas mencionadas acima, podemos observar como um aluno pode compreender bem uma teoria ética a partir do momento em que sabe aplicá-la a um caso real. Não compreende apenas o conhecimento teórico, mas como se aplica na prática e para que serve este tipo de conhecimento, e ainda como este conhecimento se relaciona com a experiência de vida do aluno.

Este tipo de articulação pode fornecer ao estudante subsídios para o desenvolvimento de uma habilidade para a interpretação de textos filosóficos com criticidade e interpretar de modo filosófico textos não filosóficos.

A observação da reação dos alunos em sala de aula aos temas apresentados, a maneira como os estudantes se envolveram nos debates que se realizaram ao longo do estágio, tornaram-se elementos fundamentais para avaliar os resultados obtidos com relação aos objetivos propostos. Além destas observações, também as avaliações escritas foram importantes como instrumentos de aferição do desempenho dos alunos diante dos conteúdos transmitidos para a aquisição das habilidades pretendidas.

Não há uma homogeneidade entre os estudantes das diversas turmas, nas quais as aulas foram ministradas. A grande maioria demonstrou facilidade para a apropriação dos conhecimentos que foram discutidos. Mas alguns tiveram dificuldades. Se dissermos que essas dificuldades tem a ver com o fato de alguns alunos não se dedicarem muito à leitura de bons livros, estaremos sendo exatos em alguns casos, mas no que se refere a outros estudantes podemos estar simplificando problemas de ordem mais complexa.

Dedicamos uma atenção especial aos alunos que apresentaram dificuldades, procurando não prejudicar os demais. Em alguns casos é possível obter bons resultados. Buscamos manter um contato mais próximo com esses estudantes,

explicando com mais detalhes certos pontos que eles não tinham compreendido. Colocamos endereço de e-mail na lousa, para esclarecimentos por via online.

Alguns deles obtiveram bom aproveitamento mais tarde, nas avaliações.

Os círculos de debates serviram para demonstrar como a maior parte dos alunos é receptiva ao ensino de Filosofia. Este método pode fornecer ao Professor a ideia de que a Filosofia já é uma inclinação natural do estudante, que esta inquietação diante dos problemas filosóficos faz parte da alma dos jovens, e que eles só precisam ser estimulados da forma correta para que possam aprender a filosofar. No calor dos debates percebe-se que os jovens alunos vão rapidamente aprendendo a formular seus próprios argumentos, sem que eles mesmos percebam que já estão filosofando, defendendo posições, refletindo, ouvindo, refutando, às vezes concordando. Muitos ficam fascinados diante do método filosófico de análise, percebendo que estão se apropriando de um grande poder, algo que futuramente lhes abrirá muitas portas, proporcionando ao professor que os orienta, uma experiência singular, cujo valor é incalculável.

7 Referências:

RACHELS, James - *Elementos de Filosofia Moral*. Editora Gradiva. Lisboa, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich – *Genealogia da Moral, Uma Polêmica*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo, 2007.

KANT, Immanuel – *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Editora Barcarolla. São Paulo, 2009.

Ministério da Educação e Cultura – Secretaria da Educação Básica – *Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Prosa Produção Editorial Ltda. Brasília, 2006.

MURCHO, Desidério – *A Natureza da Filosofia e o seu Ensino*. Editora Plátano. Lisboa, 2002.

FREIRE, Paulo – *Pedagogia da Autonomia*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2013.

SINGER, Peter – *Ética Prática*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2002.

SIMMONDS, N. E. – *Filosofia do Direito – Compendio de Filosofia*. Edições Loyola. São Paulo, 2010.

BELL, David – *Kant, Autonomia e Lei Moral – Compendio de Filosofia*. Edições Loyola. São Paulo, 2010.

HART, H. L. A. – *The Concept of Law*. Oxford University Press Inc. New York, 1994.

WOOD, Allen W. – *Introdução ao Pensamento de Kant*. Editora Art Med. Porto Alegre, 2008.

PLATÃO – *A República*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2006.